

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO

**A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROEB E AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS POR DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**

JUIZ DE FORA

2015

LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO

**A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROEB E AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS POR DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto
Bom Jardim

JUIZ DE FORA

2015

LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO

**A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROEB E AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS POR DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Membro da banca - Orientador(a)

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

AGRADECIMENTOS

É certo que sem o apoio daqueles que estiveram sempre ao meu lado, não teria chegado a mais este momento de realização em minha vida. Agradeço a todos que direta ou indireta me ajudaram a concluir essa pesquisa.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da minha vida e pelas bênçãos que tem derramado em minha família todos os dias.

Agradeço de forma especial e carinhosa à minha esposa Nívea, que sempre me apoiou, mesmo nos momentos em que o desânimo foi presente, me compreendendo nos momentos de tensão e de angústia. Amor, sem o seu apoio, carinho e compreensão não teria conseguido superar os obstáculos, não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu filho Vítor, que nos momentos em que precisei, com sua inocência e sorriso largo, sem perceber me fortaleceu e me motivou a continuar.

A todos os meus amigos e familiares, o meu sincero agradecimento.

Agradeço ao professor Fernando Perlatto Bom Jardim por ter aceitado me orientar.

Aos tutores Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos de Paiva, Daniel Eveling da Silva e Luisa Vilardi pelas orientações e comentários.

Aos profissionais das escolas participantes deste estudo, pela gentileza em colaborar com suas experiências e opiniões.

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar como é realizada a gestão dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave/Proeb) em duas escolas estaduais de Juiz de Fora. Tais resultados produzidos e divulgados através do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais tem por finalidade propor melhorias na gestão e na apropriação dos resultados nas mencionadas duas escola. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa por utilizar como método o estudo de caso e como instrumentos de coleta de dados a aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários, além de análise documental sobre os resultados obtidos pelos alunos das unidades escolares participantes deste estudo em uma série histórica. Os resultados da pesquisa, além de apontarem para a validade dos momentos de discussão a respeito dos resultados obtidos pelas escolas, identificam oportunidades de melhoria nos respectivos processos utilizados.

Palavras-chave: Apropriação de resultados; Avaliação em larga escala; Gestão Escolar; Simave/Proeb.

ABSTRACT

This work aims at verifying how the management of the results of the Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave/Proeb) – System of Public Education Evaluation of Minas Gerais – in two state schools of Juiz de Fora is done. Such results that were produced and disseminated by the Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) – Center of Public Policy and Education Evaluation – and the Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (State Secretariat of Education of Minas Gerais) aim at proposing improvements in the management and appropriation of the results in the two mentioned schools. The research has a qualitative approach as it uses as method a case study, and as tools of data collection the application of semi-structured interviews and questionnaires, besides a documentary analysis on the results achieved by the students of the participating school units of this study in a chronological series. The results of this research, in addition to point out the validity of the moments of discussion about the results obtained by the schools, identify opportunities of improvement in the respective processes used.

Keywords: Appropriation of results; large-scale Evaluation; School Management and the results of Simave / Proeb.

LISTA DE ABREVIATURAS

Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAP – Coordenação de Análise e Publicação de Resultados
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NSE – Nível socioeconômico
PNE – Plano Nacional da Educação
PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
Proalfa – Programa de Avaliação da Alfabetização
Proeb – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
Simave – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
Sinaes – Sistema de Avaliação do Ensino Superior
SRE – Superintendência Regional de Ensino
SEE – Secretaria de Estado de Educação
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Trajetória do Proeb: Rede Estadual.....	31
Figura 02: Modelo de Resultado Proeb 2013 – parte 01.....	37
Figura 03: Modelo de Resultado Proeb 2013 – parte 02.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Metas do IDEB para a educação básica.....	22
Quadro 02: Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora.....	49
Quadro 03: Comparativo entre o percentual de alunos com aprendizado adequado em Minas Gerais e no município de Juiz de Fora.....	50
Quadro 04: Padrões de Desempenho 5º e 9º anos do ensino fundamental Simave.....	51
Quadro 05: Médias de Proficiência Simave/Proeb 2009 a 2014 por instância avaliada.....	53
Quadro 06: Síntese numérica dos questionários e entrevistas aplicadas.....	70
Quadro 07: Assertiva 1 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala.....	72
Quadro 08: Assertiva 2 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala	73
Quadro 09: Assertiva 3 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala.....	75
Quadro 10: Assertiva 4 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala.....	76
Quadro 11: Assertiva 1 – Bloco 2 – Resultados	78
Quadro 12: Assertiva 2 – Bloco 2 – Resultados.....	80
Quadro 13: Assertiva 1 – Bloco 3 – Conceitos.....	82
Quadro 14: Assertiva 2 – Bloco 3 – Conceitos.....	82
Quadro 15: Assertiva 3 – Bloco 3 – Conceitos.....	83
Quadro 16: Assertiva 1 – Bloco 4 – Divulgação.....	85
Quadro 17: Assertiva 2 – Bloco 4 – Divulgação.....	86
Quadro 18: Assertiva 3 – Bloco 4 – Divulgação.....	86
Quadro 19: Assertiva 4 – Bloco 4 – Divulgação.....	87
Quadro 20: Assertiva 5 – Bloco 4 – Divulgação.....	88
Quadro 21: Assertiva 6 – Bloco 4 – Divulgação.....	89
Quadro 22: Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional.....	96
Quadro 23: Síntese do cronograma dos minicursos e oficinas a serem realizadas nas escolas.....	99

Quadro 24: Recursos previstos para a execução do Plano de Ação Educacional (PAE) por escola.....	102
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I. O CONTEXTO DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL E NO SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) E A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS NAS ESCOLAS DE MINAS GERAIS.....	17
1.1 O contexto da Avaliação em Larga Escala no Brasil.....	18
1.2 A rede estadual de ensino de Minas Gerais.....	24
1.3 O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave).....	26
1.3.1 O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica.....	29
1.3.2 O Material de apropriação de resultados do Proeb/CAEd.....	33
1.3.3 As oficinas de apropriação dos resultados.....	42
1.4 A apropriação de resultados nas Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais, “o dia D”.....	44
1.4.1 A SRE de Juiz de Fora.....	48
1.4.2 A realização do Grupo Focal.....	55
1.4.3 O contexto das escolas estudadas	57
II. AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB NAS ESCOLAS PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	64
2.1 Referencial Teórico.....	65
2.2 Aspectos da metodologia de pesquisa.....	67
2.3 Apresentação das análises de dados.....	71
2.4 Outros achados da pesquisa de campo.....	90
III. PROPOSTA DE MELHORIAS NOS PROCESSOS CAPACITAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB.....	93
3.1 Fases de implementação do Plano de Ação Educacional PAE.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES.....	111

INTRODUÇÃO

Através desse estudo, pretendo verificar quais são as práticas e as estratégias desenvolvidas para a apropriação de resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) em duas escolas da rede estadual de ensino de Juiz de Fora avaliadas no 9º ano do ensino fundamental nas disciplinas: Língua Portuguesa e Matemática.

A problemática da apropriação é motivada pela necessidade de averiguar como é realizada a gestão das informações fornecidas pelas revistas de apropriação de resultados do Proeb e das oficinas de apropriação de resultados ministradas no segundo semestre de 2012, por profissionais do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) nas escolas foco deste estudo.

Tal temática de investigação se relaciona à minha vida profissional. Por quatro anos, fui professor da rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais. Após terminar o meu vínculo, passei a fazer parte da Coordenação de Análises e Publicações de Resultados (CAP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), na qual permaneci por três anos. Ambas as experiências profissionais possibilitaram compreender a lógica da avaliação em larga escala por duas perspectivas distintas, a do professor e a da equipe avaliadora/formadora.

As duas escolas que serão estudadas nesta pesquisa participaram de um grupo focal realizado pela Coordenação de Análises e Publicação de Resultados, no ano de 2012, com o objetivo de verificar se conheciam as revistas pedagógicas de apropriação de resultados feitas pelo CAEd em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Os profissionais das escolas deveriam opinar sobre o material enviado para suas equipes pedagógicas e, também, sobre a qualidade das informações veiculadas nessas revistas. Em contrapartida, os especialistas do CAEd ministrariam as oficinas de apropriação de resultados aos profissionais das escolas colaboradoras.

Cabe ressaltar que o público das oficinas ofertadas foi distinto, por opção dos próprios gestores de ambas as escolas. Estes, após terem acesso ao conteúdo que seria trabalhado tiveram liberdade para convidar os profissionais que julgassem ser necessários à participação nas respectivas oficinas que seriam ministradas. Os conteúdos trabalhados nas oficinas foram os mesmos para as duas escolas. Em

uma delas a oficina foi direcionada, estritamente, aos gestores. Já na outra escola, a oficina teve como participantes todos os profissionais envolvidos na avaliação, inclusive professores de disciplinas que não são avaliadas no Proeb.

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação avalia a qualidade da educação do estado de Minas Gerais desde o ano 2000. Às escolas participantes, é destinada uma coleção de revistas com o intuito de auxiliar a apropriação dos resultados fornecidos através dos testes de proficiência dos alunos avaliados. Cada coleção é composta por revistas direcionadas à gestão escolar e por revistas voltadas aos professores de Língua Portuguesa e Matemática das séries e etapas de escolaridade avaliadas pelo Proeb.

No intuito de analisar o caso de gestão enunciado, os professores que lecionam no 9º ano do ensino fundamental, os coordenadores pedagógicos e os diretores das escolas pesquisadas foram entrevistados e responderam a um questionário.

No capítulo 1, foram analisados os dados disponíveis sobre o desempenho das duas escolas no Proeb nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. O resultado obtido pelos alunos do 9º ano do ensino fundamental, avaliados nos testes de proficiência do Proeb, foi comparado a fim de observar o desempenho dos estudantes em uma série histórica, sobretudo após os gestores e professores terem participado das oficinas de apropriação de resultados. Pretendo identificar como os dois gestores trabalharam as informações fornecidas através das oficinas, do material impresso que chega às escolas e, também, dos cursos de formação realizados pela SRE.

Neste estudo, optei por trabalhar com os dados referentes aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental que foram avaliados nas edições do Proeb realizadas entre 2009 e 2014. Ambas as escolas pertencem à rede estadual de ensino de Minas Gerais.

O Proeb avalia três etapas de escolaridade, a saber: 5º e 9º anos do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio.

Pelo fato de a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental, inclusive do 5º ano, ser de responsabilidade das redes municipais de ensino, optei por não trabalhar com os dados do Proeb referentes a esta etapa de escolaridade. A escolha pelo 9º ano do ensino fundamental foi motivada por possibilitar aos gestores,

juntamente com o corpo docente e coordenadores pedagógicos da escola, através do estudo dos resultados obtidos, verificar a necessidade de traçar estratégias que possibilitem a melhoria do ensino ofertado tanto nos anos de escolaridade que antecedem o 9º ano do ensino fundamental quanto nos anos que o sucedem, já no ensino médio. Por se tratar da etapa de escolaridade que encerra o ensino fundamental, poderemos verificar, através do desempenho obtido nesta etapa de escolaridade, em uma série histórica das avaliações do Proeb, como os alunos têm concluído o ciclo de escolarização fundamental.

Tal diagnóstico visa fomentar o trabalho dos gestores das escolas estudadas na busca por uma maior eficácia do ensino ofertado aos alunos ao longo do ensino fundamental, bem como evitar que possíveis lacunas no aprendizado com relação às habilidades e competências que deveriam ter sido consolidadas ao concluir o ensino fundamental, prejudiquem o aprendizado dos estudantes no ensino médio.

No capítulo 2, consta a análise dos resultados das entrevistas e questionários aplicados aos gestores, à equipe pedagógica e aos professores das duas escolas participantes do estudo. A análise dos dados dos instrumentos supracitados nos possibilitou verificar como é realizada a gestão de resultados adotada em cada uma das duas escolas e através da comparação do desempenho obtido pelos alunos das duas escolas em uma série histórica, identificamos quais as estratégias utilizadas pela gestão escolar podem ter contribuído para uma eventual melhoria no desempenho dos estudantes na avaliação do Proeb, tendo em vista o acesso a informações sobre a apropriação de resultados por parte dos professores e dos coordenadores pedagógicos e, principalmente dos gestores das escolas. Para tanto, serão levados em consideração o aumento da participação dos estudantes, a melhoria da proficiência média¹ das escolas e a comparação com os resultados obtidos nas edições do Proeb supracitadas.

É importante destacar que partimos do pressuposto segundo o qual uma melhor gestão de resultados pode ser um dos aspectos que contribui para a melhoria de resultados. Outros fatores como uma participação que represente o universo de alunos atendidos pelas unidades escolares, acima de 80%, e o trabalho

¹ Por proficiência média, segundo a revista do sistema do Simave 2013, podemos entender como “Grau ou nível de aproveitamento na avaliação”.

com as habilidades previstas nas matrizes de referência junto ao conteúdo programático previsto para a etapa de escolaridade avaliada pode contribuir para uma melhora no desempenho dos estudantes. Apesar de não ser uma relação direta a melhoria de resultados e a gestão, é possível perceber algumas reverberações, pois a gestão escolar, a partir de uma maior gama de informações, a respeito das possibilidades de se trabalhar com os resultados apresentados, pode desenvolver novas práticas pedagógicas que resultem em um melhor desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala.

No atual panorama da educação nacional, a discussão e apropriação de conceitos que dizem respeito às avaliações em larga escala, tais como participação, média de proficiência, matrizes de referência, padrões de desempenho e escalas de proficiência, tornam-se importantes para um trabalho mais consistente a partir dos resultados obtidos. Segundo Locatelli (2002), a avaliação somente terá utilidade para os professores se esses receberem, em tempo hábil, as informações e subsídios que os ajudem a orientar suas práticas pedagógicas. Por esse motivo, é importante verificar como a apropriação de resultados é realizada nas escolas foco deste estudo e quais são as estratégias utilizadas pelos seus gestores para disseminar as informações.

Ao término desse estudo, relato a forma como os dados têm sido utilizados pelas escolas e de que maneira é realizada a apropriação das informações disponíveis no site do Simave, veiculadas nas revistas que compõem a coleção do Simave/Proeb e divulgadas através das oficinas de apropriação de resultados nas escolas participantes deste estudo. Além disso, objetivo perceber se a gestão dessas informações pode ter contribuído para melhorias no desempenho e na participação dos alunos das respectivas escolas. A título de conclusão, proponho algumas estratégias capazes de tornarem mais eficazes os momentos de estudo dos resultados pelos alunos, através de cinco encontros de formação, os quais abordarão como as informações contidas nos resultados obtidos pelas escolas podem auxiliar o planejamento pedagógico e, também, a importância da conscientização de alunos e professores para que os resultados obtidos sejam mais fidedignos.

I. O CONTEXTO DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL E NO SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) E DA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS NAS ESCOLAS DE MINAS GERAIS

As avaliações em larga escala, no Brasil, têm contribuído para a elaboração de novas políticas públicas voltadas à melhoria da educação. Entretanto, os resultados das avaliações em âmbito nacional, sobretudo daquelas que fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), demoram a serem processados e divulgados aos gestores das instâncias educacionais para que possam fomentar a elaboração das estratégias que julgarem necessárias para superarem os *déficits* de aprendizado apontados nos resultados obtidos. Em virtude dessa demora, muitos sistemas estaduais e municipais de avaliação foram concebidos e implementados, em todo o país.

Neste capítulo, traçarei um paralelo entre as avaliações em larga escala do SAEB, de âmbito nacional, e as avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave).

Para tanto, faz-se necessário contextualizar o cenário das avaliações do Simave, levando em consideração o papel da rede estadual de ensino de Minas Gerais e suas respectivas SREs, bem como o trabalho realizado por estas instâncias mediante a utilização dos dados aferidos através das respectivas avaliações e divulgados no site do Simave e, também, no material de apropriação de resultados elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) em parceria com o CAEd.

O presente estudo visa verificar como o material de apropriação de resultados vem sendo utilizado pelos gestores de duas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, situadas no município de Juiz de Fora. As equipes gestoras e parte do corpo docente de ambas as escolas participaram de um Grupo Focal e, posteriormente, de uma oficina de apropriação de resultados realizados pelo CAEd. Cabe ressaltar que não foram desprezados os contextos específicos em que as escolas estão inseridas.

1.1 O contexto da Avaliação em Larga Escala no Brasil

A educação, no Brasil, somente começou a ser avaliada de forma mais sistemática no início da década de 1990, do século XX. Isso ocorreu quando o Ministério da Educação, a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), deu início ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em 1990, ocorreu a primeira aplicação do SAEB, ainda de forma amostral, e foram avaliados os alunos das 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do ensino fundamental das escolas públicas da rede urbana nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Esse formato de avaliação também foi utilizado na edição de 1993 e foi útil para a identificação, através dos resultados apresentados pelos estudantes avaliados, dos problemas no desempenho alcançado pelos alunos nos conteúdos avaliados (INEP/histórico²).

A partir de 1995, o formato da avaliação passou por uma reformulação. Nesta uma nova metodologia para a montagem dos cadernos de teste e análise dos resultados foi adotada, a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Segundo informações do site do INEP, a partir da TRI surge a

possibilidade de comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo. Neste ano, foi decidido que o público avaliado seria as etapas finais dos ciclos de escolarização: 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental (que correspondem ao 5^o e 9^o ano atualmente) e 3^o ano do Ensino Médio. Além da amostra da rede pública, em 1995 foi acrescentada uma amostra da rede privada. Neste ano não foram aplicados testes de Ciência (INEP)³.

No ano de 2001, o Saeb passou a avaliar apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Tal formato se manteve nas edições de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

É importante ressaltar que, em 2005,

o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. (INEP⁴).

²Disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/historico>, acesso em 15 de maio de 2015.

³Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>, acesso em 15 de maio de 2015.

⁴Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>, acesso em 15 de maio de 2015.

Atualmente, o SAEB é composto por três avaliações em larga escala, a saber: Anresc, Aneb e ANA.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada “Prova Brasil”, surgiu com o intuito de avaliar, bianualmente, de forma censitária, os alunos da educação básica da rede pública de ensino da 4ª e 8ª séries do fundamental urbano. A partir de 2007, a Prova Brasil passou a avaliar, também, os alunos da zona rural.

Já a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) avalia, de forma amostral, os alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Assim como a Anresc, a avaliação é bianual, entretanto, tanto as redes públicas quanto as redes privadas do país são avaliadas, em áreas urbanas e rurais, possibilitando, assim, um diagnóstico da educação básica do país.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) passou a compor o SAEB através da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, com o intuito de avaliar, anualmente, os alunos da rede pública de ensino do 3º ano do ensino fundamental das escolas no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e de alfabetização Matemática.

A União possui papel fundamental no que diz respeito à avaliação da educação, seja ela básica ou superior, e nos artigos 8º e 9º do Título IV – “Da Organização da Educação Nacional” – da LDBEN (BRASIL, 1996) é reafirmada como a instância coordenadora da política educacional:

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

O artigo 9º, incisos VI, VIII, também legisla a respeito da avaliação em larga escala da educação nacional:

Art. 9º. “União incumbir-se-á de: (Regulamento)”

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

É importante destacar que, no final do ano de 1996, a Lei Nº. 9.394 (BRASIL, 1996) foi promulgada, reafirmando o papel da avaliação externa e tornando imperativo o processo de avaliação, exigindo sua universalização, conforme conteúdo do Art. 87. É instituída a

Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (BRASIL, 1996).

A melhoria da qualidade do ensino ofertado, meta das secretarias de educação, é algo importante para uma sociedade moderna que vise a elevar o nível de escolaridade de seus cidadãos e, conseqüentemente, propiciar uma ampliação dos direitos sociais. Tal relevância levou o Ministério da Educação a destacar os mecanismos de avaliação, que possuem a finalidade de oferecer um diagnóstico da educação ofertada no país. Essa preocupação aparece no texto do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001, aprovado através da Lei nº 10.172, de 09/01/2001, quando reconhece a importância da avaliação através da meta 7. Nesta, estabeleceu-se como um dos princípios do PNE: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014, p.14⁵). Vale destacar que as metas são estipuladas para a educação básica⁶ (anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio), para os anos de 2015, 2017, 2019 e 2021.

Os mecanismos de avaliação, também, recebem destaque no texto da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE de 2014, como pode ser percebido na estratégia 7.32:

Estratégia 7.32) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade (PNE/BRASIL, 2014, s.p).

⁵ Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio16/arquivo4772.pdf>, acesso em 15 de maio de 2015.

⁶ LDB - 9.394/96

Dentre esses mecanismos de avaliação, foi destacada, no tópico V - Financiamento e Gestão, a relevância da avaliação e do aprimoramento dos sistemas de informação, das bases de dados educacionais, dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e de estatísticas da educação nacional são mencionadas, com importante destaque, nas diretrizes do PNE 2001:

Para que seja possível o planejamento educacional, é importante implantar sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticas sobre a educação nacional. Desta maneira, poder-se-á consolidar um sistema de avaliação - indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente nas secretarias, mas com o objetivo de conectá-las em rede com suas escolas e com o MEC. (BRASIL, 2001).

Cabe ressaltar que ambas as edições do PNE, 2001 e 2014, aprovadas através da aprovação das leis 10.172 e 13.005, respectivamente, possuem vigência decenal. O PNE 2001 esteve em vigor até o ano de 2011. Em 2011, um novo texto foi submetido à aprovação, entretanto, foram necessários três anos para que o conteúdo fosse aprovado, por esse motivo, somente em 25 de junho de 2014 a lei foi sancionada.

Dentro o PNE, foi estabelecido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB. Este é um índice educacional composto pelos indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações em larga escala, especificamente a Prova Brasil, explicada mais a frente. Sua composição possibilita o diagnóstico atualizado da situação educacional no país, bem como estipular metas individuais bianualmente, objetivando alcançar, a meta de um IDEB 6,0, estipulada para 2022.

Metas são diferenciadas para cada rede e escola. As metas são diferenciadas para todos, e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas. O Ministério da Educação prevê apoio específico para reduzir essa desigualdade. (INEP/2014)

Para que se alcance o posto no PNE de 2001, foram estabelecidas metas a serem alcançadas, em todo o território nacional para a Educação Básica, até 2022, apresentadas no quadro 01:

Quadro 01: Metas do IDEB para a Educação Básica

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE 2001.

As metas estipuladas para os anos iniciais do ensino fundamental, conforme podem ser verificadas no quadro acima, são 5,2 pontos em 2015; 5,5 pontos em 2017; 5,7 pontos em 2019 e 6,0 pontos em 2021. As metas estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental são 0,5 pontos menores que as estipuladas para os anos iniciais do ensino fundamental, a saber: 4,7 pontos em 2015; 5,0 pontos em 2017, 5,2 pontos em 2019 e 5,5 pontos em 2021.

Dentre as metas estabelecidas, em âmbito nacional, as menores são aquelas que dizem respeito ao ensino médio, 4,3 pontos em 2015; 4,7 pontos em 2017; 5,0 pontos em 2019 e 5,2 pontos em 2021.

Os sistemas de avaliação da educação receberam importante destaque no PNE de 2001:

[...] poder-se-á consolidar um sistema de avaliação - indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas [de informação e de avaliação] requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente das secretarias, mas com o objetivo de conectá-las em rede com suas escolas e com o MEC (BRASIL, 2001, s.p).

A própria avaliação do PNE (BRASIL, 2001, s.p) é norteada pelos dados e análises fornecidos pelos sistemas de avaliação operados pelo MEC:

A avaliação do Plano Nacional de Educação deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo sistema de avaliação já operado pelo Ministério da Educação, nos diferentes níveis, como os do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB; do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; do Sistema de Avaliação do Ensino

Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Dentre os sistemas de avaliação coordenados pelo Ministério da Educação destacam-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, avaliações em larga escala desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), por possibilitarem traçar um diagnóstico da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos⁷.

Diferentes estudos têm procurado problematizar as avaliações de larga escala. As principais críticas realizadas a esse modelo de avaliação dizem respeito à excessiva política de valorização dos resultados, em que a qualidade do ensino parece se limitar ao desempenho alcançado e à desvalorização do trabalho dos professores e demais agentes educacionais à medida que o estado transfere à escola a responsabilidade sobre o fracasso e pelo sucesso dos estudantes nas avaliações a que são submetidos. Cossio (2014), a respeito da ênfase dada aos resultados, afirma que:

A política de valorização acentuada dos resultados incentiva as escolas a utilizarem estratégias que contribuam para a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações, mesmo que isso prejudique o desenvolvimento de uma educação em sentido mais amplo (formação integral). O estreitamento curricular é uma das consequências já evidenciadas nesse modelo, ou seja, a redução do trabalho docente ao preparo dos estudantes para as provas, tornando, em vários casos, as avaliações nacionais o cerne do trabalho dos professores.

A autora considera que a responsabilização das escolas para uma melhoria dos resultados gera uma pressão sobre os profissionais, podendo, inclusive, interferir diretamente sobre o trabalho docente:

A responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados dos estudantes nos exames nacionais pela via da sua publicização e ranqueamento produz uma pressão dos sistemas/redes e da comunidade em geral no sentido de melhoria dos indicadores, incidindo diretamente sobre os currículos escolares e sobre o trabalho docente, podendo produzir alternativas que invertem a lógica pedagógica, ou seja, a avaliação deixa de

⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=324, acesso em 15 de maio de 2015.

ser um instrumento didático para propiciar o conhecimento da realidade sobre o processo de aprendizagem dos alunos e o replanejamento do currículo para transformar-se no próprio objeto do currículo.

Embora as avaliações em larga escala sejam uma política pública, é importante diferenciá-las de outras políticas públicas voltadas à melhoria dos indicadores educacionais. As limitações e objetivos de ambos, não raro, são confundidos, principalmente pela dificuldade de se obter informações a respeito, sobretudo pela deficiência na divulgação. Cabe às avaliações em larga escala a produção de dados referentes ao desempenho dos alunos, não cabe às avaliações a construção de novas políticas públicas, ainda que venham a subsidiar a implementação. As políticas públicas são criadas pelos gestores do sistema e visam à melhoria dos indicadores, sem levar em consideração as dificuldades inerentes ao contexto específico das escolas avaliadas.

Apesar das críticas e resistências, as avaliações em larga escala, em nível nacional, se impuseram no cenário educacional brasileiro. É importante destacar, porém, que esse processo não ocorreu sem problemas. Um dos principais problemas identificados relaciona-se com a divulgação dos resultados das avaliações nacionais e estaduais junto às escolas.

Embora a Prova Brasil tenha, desde sua implementação, o objetivo de fomentar as redes públicas de ensino com informações a respeito do desempenho dos alunos avaliados nos testes, paralelamente às avaliações do SAEB, a maior parte dos estados e alguns municípios buscaram implantar os seus próprios sistemas de avaliação da educação ofertada às suas respectivas redes de ensino, como o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave), em Minas Gerais.

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais criou o Simave, em 2000. A partir de 2003, a SEE iniciou um processo de aperfeiçoamento e ampliação do Simave que, desde sua implementação, realiza avaliações anuais no estado, averiguando o desempenho dos alunos avaliados nas redes estadual e municipais de ensino.

Feito esse panorama das avaliações externas e seus desdobramentos na seção a seguir, iremos contextualizar a rede estadual de Ensino de Minas Gerais e,

na sequência, o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, de âmbito estadual e foco da pesquisa.

1. 2 A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

A rede estadual de ensino de Minas Gerais é subdividida em 47 Superintendências Regionais de Ensino, que atendem a 853 municípios em todo o estado. As Superintendências Regionais de Ensino (SRE) podem ser distribuídas em seis polos regionais, a saber: Polo Regional Centro, Polo Regional Sul, Polo Regional Norte, Polo Regional Mata, Polo Regional Triângulo e Polo Regional Vale do Aço.

Segundo o site da secretaria de educação⁸, as SREs são responsáveis, no nível regional, por ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais, competindo-lhes:

- I - promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição;
- II - orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais;
- III - promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado;
- IV - coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno;
- V - propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso;
- VI - aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição;
- VII - planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades;
- VIII - coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição;
- IX - coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição;
- X - exercer outras atividades correlatas.

A colaboração existente entre SEE/MG, SREs e municípios não se limita à participação nas avaliações do Simave, mas também às políticas públicas oriundas

⁸Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2011/Junho/descricao-superintendencias-regionais-de-ensino.pdf>, acesso em 15 de maio de 2015.

do trabalho de interpretação dos resultados obtidos por ambas as instâncias avaliadas.

Em 2013, o governo do estado de Minas Gerais, com o intuito de fazer com que a metodologia do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) para os anos iniciais do Ensino Fundamental fosse estendida também às redes municipais de ensino do estado, possibilitou aos gestores municipais a adesão facultativa ao programa e obteve 100% de adesão dos municípios. O PIP é um programa através do qual a secretaria de educação visa tornar o ensino fundamental mais eficaz, por meio de intervenções pedagógicas que garantam a elevação dos índices de desempenho dos alunos do 6º ao 9º ano, com foco em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Segundo Simões

O PIP é um importante instrumento de intervenção pedagógica para as escolas, sendo subsidiado pelas avaliações quanto ao monitoramento dos resultados alcançados que são apropriados pelas escolas para desenvolver práticas pedagógicas mais efetivas do ensino aprendizagem. O programa tem possibilitado um avanço na qualidade do ensino ofertado no estado de Minas Gerais. (SIMÕES, 2012 p.17)

A participação da rede municipal tornou-se tão significativa na avaliação externa do estado de Minas que, no ano de 2013, representou 43,22% do total de 871.790 alunos avaliados (495.027 alunos da rede estadual de ensino e 376.763 estudantes das redes municipais participantes)⁹.

As discussões fomentadas pela metodologia do PIP possibilitam que novas estratégias para a melhoria dos resultados das escolas avaliadas sejam implementadas não se limitando aos anos iniciais do ensino fundamental, mas se estendendo, também, às demais etapas de escolaridade avaliadas, em ambas as redes de ensino.

1.3 O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública é responsável pela avaliação em larga escala da educação do estado de Minas Gerais e possui como foco o desenvolvimento de programas de avaliação integrados. O Simave possui

⁹ Minas Gerais/Revista do Sistema/Coleção Simave 2012 p.10-14.

como um dos seus principais objetivos o desenvolvimento de programas de avaliação em larga escala, como o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) cujos resultados fornecem informações importantes para o (re) planejamento das ações pedagógicas e também das ações dos gestores da educação em todos os níveis do sistema de ensino (BURGOS, FERREIRA E SANTOS, 2012).

Os dados fornecidos pelo Simave podem auxiliar os gestores a diagnosticarem quais são as frentes que devem ser destacadas no âmbito da SRE e, também, das unidades escolares. Para tanto, faz-se necessário que o trabalho dos especialistas educacionais, analistas e inspetores educacionais sejam desempenhados com o apoio dos gestores das escolas.

Os especialistas educacionais desempenham a função de coordenadores pedagógicos nas escolas estaduais do estado de Minas Gerais. Estes profissionais, segundo o Caderno de Boas Práticas dos Especialistas em Educação Básica de Minas Gerais, do ano de 2010¹⁰, são responsáveis por:

- Conhecer em detalhes o material pedagógico institucional da SEE (Cadernos da SEE/ CEALE, Guias do Professor Alfabetizador, do Especialista e do Diretor, CBC, etc.) bem como outros materiais pedagógicos reconhecidos na área da Educação.
- Conhecer as diretrizes e metas, de todos os programas e projetos da SEE (PIP, PAV, PROETI, e outros), desenvolvidos na escola, orientando, acompanhando e implementando todos eles.
- Interpretar números, gráficos e tabelas dos Boletins Pedagógicos e de Resultados do POALFA e do Proeb, relativos à SEE, SRE e Escolas, fazendo análise quantitativa e qualitativa identificando ações prioritárias para sua escola no desenvolvimento do processo pedagógico, planejando, orientando, acompanhando e avaliando a intervenção pedagógica.
- Focar as ações pedagógicas na aprendizagem dos alunos, principalmente na leitura e na escrita, utilizando a Avaliação Diagnóstica para identificar as capacidades linguísticas e matemáticas consolidadas e não consolidadas, possibilitando a intervenção pedagógica adequada.
- Discutir o diagnóstico dos resultados das Avaliações Externas (Proeb, Proalfa, Provinha e Prova Brasil) junto com os especialistas, analisando as competências e habilidades dos alunos consolidadas ou não, com o objetivo de implementar as ações de intervenção pedagógica. (MINAS GERAIS, 2010)

¹⁰Disponível em:

http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&ID_OBJETO=106016&tipo=ob, acesso em 15 de maio de 2015.

Desta forma, espera-se que os especialistas, no exercício de suas funções, possam auxiliar o trabalho dos professores, pedagogos e diretores das escolas em que atuam.

Os analistas e inspetores educacionais atuam nas SREs do estado e desenvolvem trabalhos específicos junto às escolas às quais são responsáveis por acompanhar o desempenho. O trabalho de acompanhamento, segundo o Caderno de Boas Práticas da Equipe Regional das SRE de Minas Gerais, do ano de 2010, bem como as ações a serem realizadas durante as visitas a serem feitas às escolas, deve ocorrer, sempre que possível, em duplas. Cabe aos analistas e inspetores educacionais

- Realizar encontros e reuniões na SRE para desenvolver oficinas e estudar os conteúdos teórico práticos para embasar o trabalho pedagógico nas escolas.
- Estudar com o Diretor, o Especialista e os Professores o Boletim Pedagógico do Proalfa e do Proeb para conhecer as capacidades dos alunos ainda não consolidadas e ajudá-los a elaborar o plano de intervenção pedagógica.
- Ouvir do diretor, especialistas e professores as dificuldades evidenciadas no processo ensino aprendizagem e buscar, em conjunto, as soluções.
- Desenvolver conjuntamente com especialista e professor estratégias de diagnóstico da aprendizagem dos alunos, listando competências e habilidades por aluno e propor ações de intervenção adequadas para aqueles que não atenderam.
- Planejar as visitas às escolas sob sua responsabilidade, com seu companheiro de dupla.
- Participar das reuniões com a dupla da Equipe Central responsável pela SRE e aproveitar estes momentos para trocar experiências, discutir os problemas das escolas, tirar dúvidas, fazer diagnósticos e planejar estratégias de intervenção pedagógica. (MINAS GERAIS, 2010)

O trabalho desenvolvido pelos analistas e inspetores educacionais com os resultados das avaliações em larga escala do Simave, em nível de SRE, auxilia a definição de estratégias por parte da Secretaria de Educação, colaborando para a definição de suas ações, este trabalho serve de instrumento para subsidiar políticas públicas educacionais. É importante destacar, dentre as funções desempenhadas pelos especialistas, as ações que dizem respeito aos dados do Proeb, foco desse estudo, pois, em teoria, cabe a esses profissionais auxiliar, planejar e acompanhar as intervenções pedagógicas resultantes dos dados e mapeamentos oriundos das avaliações em larga escala do Simave, junto às escolas avaliadas. Como já mencionado, o Proeb avalia os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

A Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece que o sistema educacional brasileiro se organizará em regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Ainda no capítulo 1, destacamos o material produzido para a apropriação de resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), o papel da rede estadual de ensino de Minas Gerais e das superintendências regionais de Ensino e, no âmbito da SRE de Juiz de Fora, contextualizamos o ambiente escolar das escolas avaliadas, além de abordar a forma como a apropriação de resultados é tratada no estado, através do dia “D”.

1.3.1 O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

Minas Gerais é o estado brasileiro que mais possui municípios, são 853¹¹. No estado há 16.906 unidades de ensino distribuídas por Dependência Administrativa: a rede estadual de ensino de Minas Gerais é composta por 3.670 escolas, as redes municipais de ensino possuem 9.120 escolas, já as escolas da rede federal de ensino totalizam 58 unidades em todo o estado. A rede privada

¹¹Disponível em:

http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06cw/Minas_Gerais_E_O_Estado_Brasileiro_Com_Maior_Numero_De_Municipios, acesso em 15 de maio de 2015.

de ensino possui 4.058 escolas em funcionamento no estado (QEdu/Censo escolar por dependência¹²).

Das 3.670 escolas da rede estadual de ensino, 3.336 estão localizadas na Zona Urbana e 334 na Zona Rural e, em virtude do grande número de municípios que o estado possui, a administração e acompanhamento das escolas estaduais são subdivididos em 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE)¹³.

A Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, a qual as duas escolas que serão estudadas fazem parte, assiste a 96 escolas, sendo 95 localizadas em Zona Urbana e apenas uma na Zona Rural.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), criado em 2000, em Minas Gerais, foi o primeiro programa a fornecer os subsídios necessários para que os resultados de desempenho e participação dos alunos das redes estadual e municipais de ensino avaliados pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave) pudessem ser interpretados pelos gestores, a fim de se obter um diagnóstico da educação ofertada (Minas Gerais, 2012).

Devido à importância que o Proeb adquiriu ao longo dos anos, por fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade, outros programas foram incorporados, tais como: o Programa de Avaliação da Aprendizagem – PAAE (2005) e o Programa de Avaliação da Alfabetização – Proalfa (2006), tornando o diagnóstico produzido pelo Simave ainda mais completo (Minas Gerais, 2012).

Desde 2006¹⁴, o Proeb avalia os estudantes das escolas da rede pública de ensino nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio com a finalidade de verificar se as habilidades e competências previstas nas respectivas matrizes de referência foram desenvolvidas pelos alunos avaliados.

Com as avaliações em larga escala do Proalfa e do Proeb e com o auxílio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), o Simave possibilita, aos gestores, realizar diagnósticos educacionais para identificar necessidades e

¹²Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>, acesso em 15 de maio de 2015.

¹³Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>, acesso em 15 de maio de 2015.

¹⁴ Segundo a linha do tempo do Proeb, apresentada na revista do sistema do Simave, edição de 2012, com exceção à edição do ano de 2000, as avaliações do Proeb que antecederam 2006 não apresentavam as mesmas disciplinas avaliadas no modelo que o consolidado desde 2006 (Língua Portuguesa e Matemática). As edições anteriores apresentaram as seguintes disciplinas: 2001 (Ciências Humanas e Ciências da Natureza), 2002 (somente Língua Portuguesa) e 2003 (somente Matemática).

demandas do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos (SEE/MG, 2014). Em posse dos dados do Simave, a SEE/MG estrutura políticas e ações diretamente vinculadas aos resultados de aprendizagem, à qualificação docente, à valorização das escolas públicas e ao fortalecimento da qualidade da educação em Minas Gerais.

O Proalfa, assim como o Proeb, é aplicado às escolas da rede pública de ensino de Minas Gerais anualmente. Contudo, o Proalfa é aplicado aos alunos do 3º ano do ensino fundamental de maneira censitária e de maneira amostral aos estudantes do 2º e 4º anos. São avaliadas as capacidades de leitura, escrita, interpretação e síntese dos estudantes ao fim do ciclo de alfabetização (REVISTA DO SIMAVE, 2013, p.12).

Já o Proeb avalia os alunos das escolas da rede pública de ensino do estado, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio.

Ambos os testes de proficiência, Proalfa e Proeb, são desenvolvidos e corrigidos pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e são aplicados nas próprias escolas.

As avaliações em larga escala do Proalfa e do Proeb contam com o auxílio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). Este é um suporte didático com provas geradas a partir de um banco de itens, que possui um vasto número de questões objetivas distribuídas em três níveis de dificuldades (fácil, médio e difícil) e são aplicadas aos alunos das escolas estaduais de Minas Gerais.

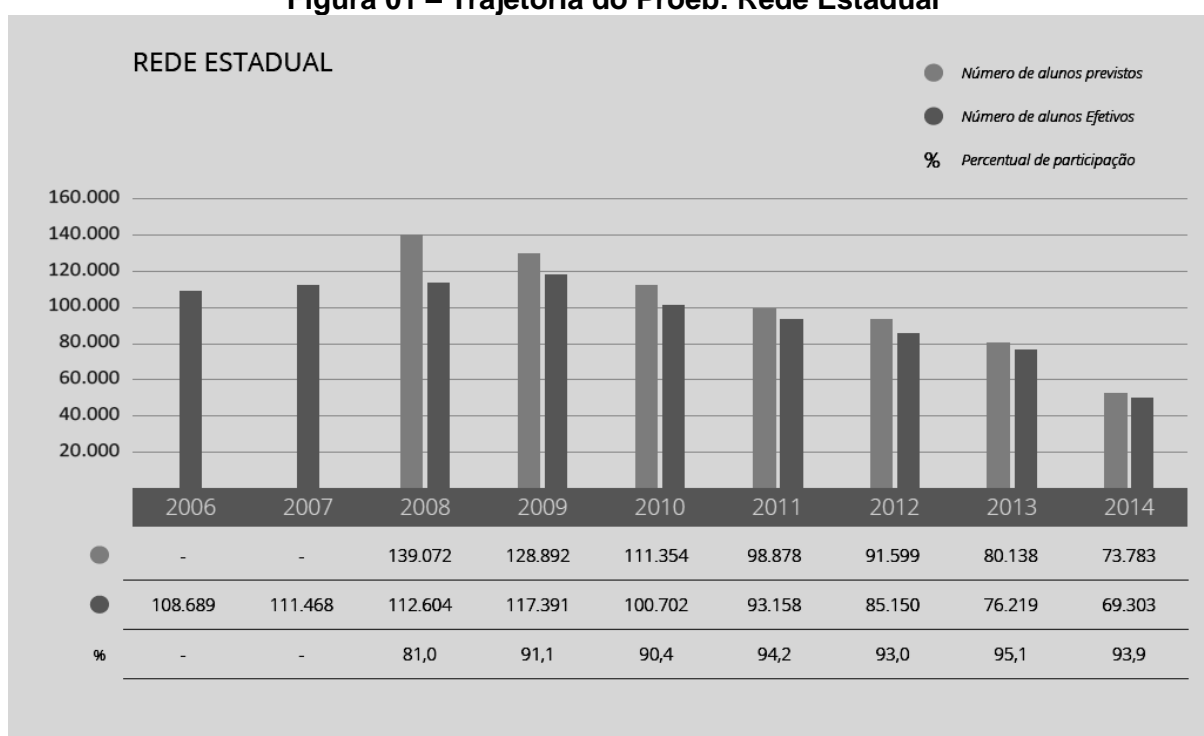
O objetivo das provas do PAAE é identificar as necessidades imediatas de intervenção pedagógica. Trata-se de uma importante fonte de dados para gestores e professores, visto que o desempenho dos estudantes avaliados serve de diagnóstico da aprendizagem escolar e subsidia, juntamente com os resultados alcançados nas avaliações internas realizadas pelos professores, o (re) planejamento das ações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

Em relação ao Simave, percebemos que possibilita aos gestores, através da interpretação dos resultados gerados por suas avaliações, realizar diagnósticos educacionais para identificar necessidades e demandas do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos (SEE/MG, 2014).

Em posse dos dados do Simave, a SEE/MG estrutura políticas e ações diretamente vinculadas aos resultados de aprendizagem, à qualificação docente, à valorização das escolas públicas e ao fortalecimento da qualidade da educação em Minas Gerais (Simave, 2014¹⁵).

A seguir, na Figura 01, é apresentada a trajetória do Proeb e, ainda, como tem se consolidado diante das informações que apresentam sobre o crescimento do percentual de participação dos estudantes, tanto na rede estadual quanto nas redes municipais de ensino de Minas Gerais.

Figura 01 – Trajetória do Proeb: Rede Estadual



Fonte: Minas Gerais/Revista do Sistema/Coleção Simave 2014 p.16¹⁶.

Por meio da Figura 01 é possível inferir que não havia previsão do número de participantes nas edições do Proeb de 2006 e 2007, haja vista que não havia a coluna do número previsto de alunos avaliados.

Com exceção do ano de 2008, é possível verificar que a participação dos alunos nas edições do Proeb tem se mantido acima de 90% mesmo havendo uma considerável redução tanto no número de alunos previstos quanto no número de alunos efetivos que participaram das edições do Proeb/Simave entre 2008 e 2014. O

¹⁵ Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/o-programa/>, acesso em 15 de maio de 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/07/SIMAVE-RS-MR-AMOSTRAL-WEB2.pdf>, acesso em 15 de maio de 2015.

percentual de participação alcançado, desde que seja superior ou igual a 80%, é considerado pelo CAEd como representativo da realidade da educação no estado.

Este percentual é importante, pois quanto mais alunos do universo previsto para ser avaliado participarem, mais fidedignos serão os resultados encontrados e maiores as possibilidades de se implementar políticas que atendam a esse universo de forma eficaz. (REVISTA DO SIMAVE b, 2013, p.48).

É importante ressaltar que as etapas de escolaridade avaliadas pelo Proeb, desde o início do programa, foram o 5º e 9º anos do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Já as disciplinas avaliadas pelo Proeb não foram as mesmas ao longo de sua trajetória, provavelmente, por motivos orçamentários: em 2001, foram avaliadas as disciplinas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, em 2002, somente Língua Portuguesa e, em 2003 apenas Matemática. No ano de 2000 e, após 2006 até a última avaliação realizada, em 2014, a exemplo da Prova Brasil, foram avaliadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

1.3.2 O Material de apropriação de resultados do Proeb/CAEd

O material de apropriação de resultados produzido pelo CAEd em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem por finalidade fomentar a discussão sobre a apropriação de resultados às escolas avaliadas pelo Simave. Para tanto, são elaboradas diferentes revistas para que as informações sobre o desempenho dos estudantes avaliados cheguem, de forma objetiva, a todos os gestores da educação, seja qual for a sua instância de atuação (Secretaria de Estado de Educação, Superintendência Regional de Ensino ou Unidades Escolares) e, sobretudo, aos professores que atuam nas etapas de escolaridade e disciplinas avaliadas pelo sistema.

Para que a equipe gestora e professores tenham acesso às informações sobre o desempenho alcançado pelos estudantes, foram desenvolvidos os seguintes materiais: as revistas pedagógicas, a revista do gestor escolar, a revista do sistema de avaliação e a revista contextual, além das oficinas de apropriação dos resultados.

Para ajudar a equipe gestora e professores a interpretar os resultados sobre desempenho dos alunos as revistas de divulgação de resultados, produzidas pelo CAEd, são encaminhadas às unidades escolares, sendo de dois tipos: *Revistas*

Pedagógicas, voltadas para os docentes, e *Revista da Gestão Escolar*, destinadas à equipe diretiva. Essas apresentam, em comum, os resultados das três instâncias avaliadas: escola, SRE e o estado com um todo.

Os resultados apresentados nas diferentes revistas dizem respeito à proficiência média obtida na escola, o padrão de desempenho em que os alunos avaliados estão alocados, a distribuição de alunos por nível de proficiência e padrão de desempenho, e o percentual de participação dos estudantes para cada uma das instâncias avaliadas, além dos conceitos dos principais conteúdos relacionados à avaliação em larga escala.

Os padrões de desempenho do Proeb são os seguintes: Baixo, Intermediário e Recomendado. Segundo a revista do sistema da coleção do Simave (2012), os padrões de desempenho

[...] proporcionam uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos e oferecem à escola o entendimento a respeito do nível em que eles se encontram.

Por meio deles é possível analisar os aspectos cognitivos que demarcam os percentuais de alunos situados nos diferentes níveis de desempenho, bem como a diferença de aprendizagem entre eles, refletindo a distância existente entre aqueles que têm grandes chances de atingir o sucesso escolar e aqueles que estão suscetíveis ao abandono escolar, caso não sejam implementadas ações e políticas educacionais com vistas à promoção da equidade. (REVISTA DO SIMAVE, 2012, p.19).

A seguir a caracterização sintética dos três padrões de desempenho do Proeb¹⁷:

Baixo:

Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.

Intermediário:

O aluno que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível ele já iniciou um processo de sistematização das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.

Recomendado:

¹⁷ Os padrões de desempenho com análise analítica podem ser encontrados nas revistas pedagógicas das respectivas disciplinas e etapas de escolaridade avaliadas, destinadas aos professores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares avaliadas pelo Proeb.

Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos. (REVISTA DO SIMAVE, 2012, p.19).

Os materiais de divulgação foram desenvolvidos para que a apropriação de resultados ocorra de forma mais eficaz, sendo por isso pensados de acordo com o público a que se destinam. O público das revistas pedagógicas são os professores que lecionam as disciplinas avaliadas pelo Proeb (Língua Portuguesa e Matemática). A revista do sistema, como o próprio nome sugere, possui como foco os gestores da secretaria de ensino e das SREs. Já a revista do gestor escolar e a revista contextual possuem como principais destinatários os diretores das escolas avaliadas e suas equipes pedagógicas. As oficinas de apropriação de resultados são destinadas a todos os atores educacionais, desde que seja esse o foco da secretaria de educação, responsável por definir o modelo e data de realização da oficina, bem como a necessidade, ou não, de sua realização.

Os materiais desenvolvidos para o Proeb são distribuídos às escolas estaduais e municipais após os resultados dos alunos serem processados e interpretados, para que os atores educacionais envolvidos, principalmente os professores das disciplinas avaliadas, possam refletir sobre o desempenho dos alunos na avaliação. Pelo fato de a avaliação ocorrer no final do ano letivo, os resultados, normalmente, chegam às escolas no início do segundo semestre do ano letivo seguinte, acompanhados de uma análise que facilitam a sua interpretação.

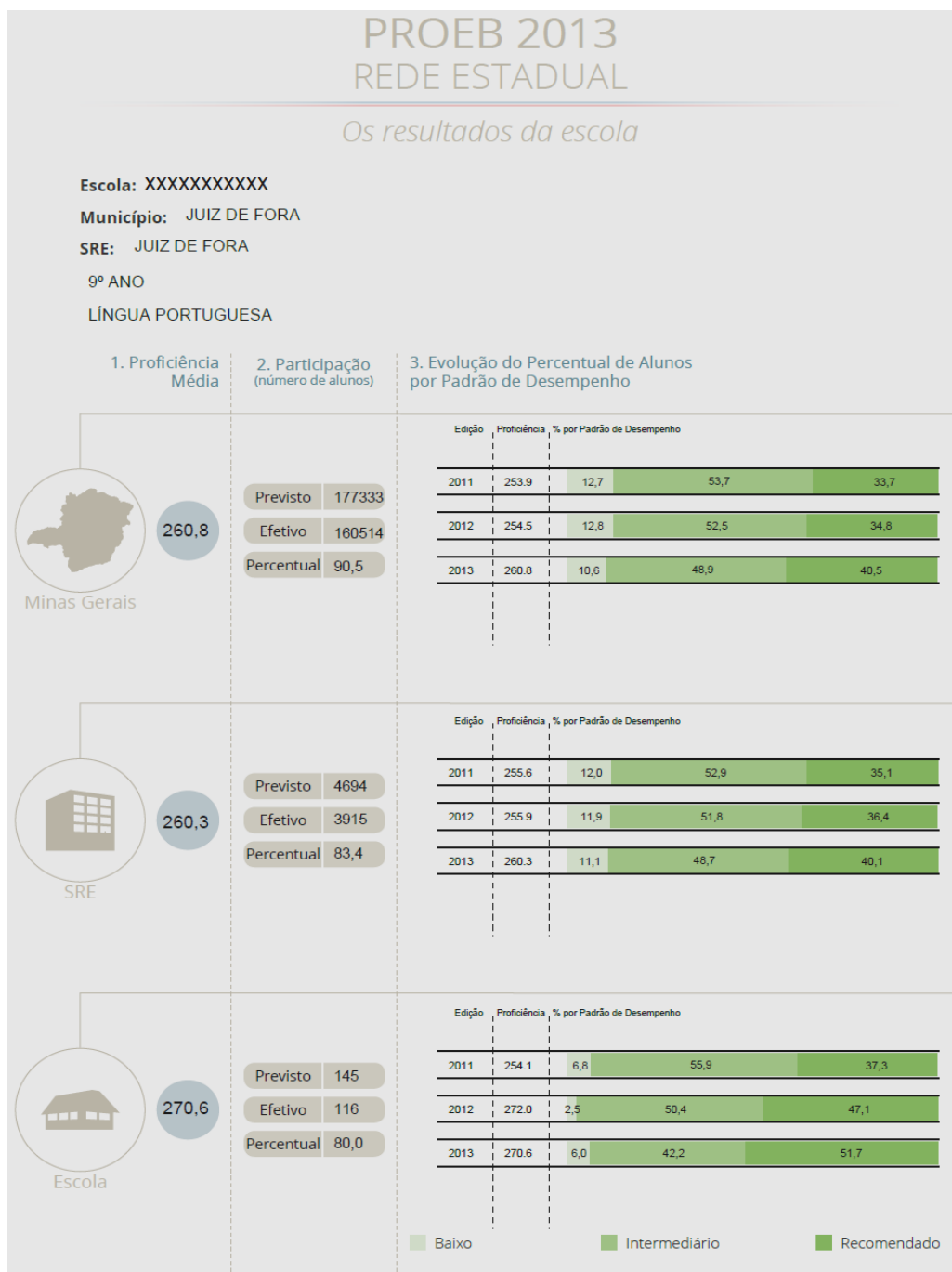
A rapidez na entrega dos resultados tem se tornado o objetivo mais importante das avaliações em larga escala dos sistemas estaduais e municipais de ensino existentes no Brasil nos dias de hoje. Afinal, se compararmos o tempo que as avaliações nacionais, como a Prova Brasil e a ANA, costumam demandar para publicar os resultados dos estudantes avaliados, ter o diagnóstico da qualidade da educação ofertada, aproximadamente, seis meses após a realização das provas, é um ganho substancial para a educação, por possibilitar traçar as estratégias necessárias de maneira fundamentada, através do desempenho obtido na avaliação.

A seguir, detalharei o conteúdo das revistas produzidas pela SEE/MG em parceria com o CAEd.

As revistas pedagógicas apresentam os fundamentos e os resultados alcançados pela escola por etapa e área do conhecimento avaliadas, com foco na análise pedagógica do desempenho. Esta revista foi elaborada pelos especialistas do CAEd, tendo por finalidade despertar e subsidiar as discussões para que as informações contidas em seu interior possam ser utilizadas no trabalho pedagógico desenvolvidos pelos professores em seu cotidiano escolar.

Assim, uma escola que, por exemplo, possua turmas avaliadas no 5º e no 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, receberá seis revistas pedagógicas, três de Língua Portuguesa e três de Matemática. Cada revista, além dos conteúdos já mencionados, traz, também, as respectivas descrições analíticas dos três padrões de desempenho, com exemplos de itens característicos de cada um dos padrões de desempenho. Entretanto, a parte mais relevante da revista é o resultado obtido. A seguir, o modelo dos resultados que chegam às escolas através da revista pedagógica:

Figura 02: Modelo de Resultado Proeb 2013 – parte 01



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/> .

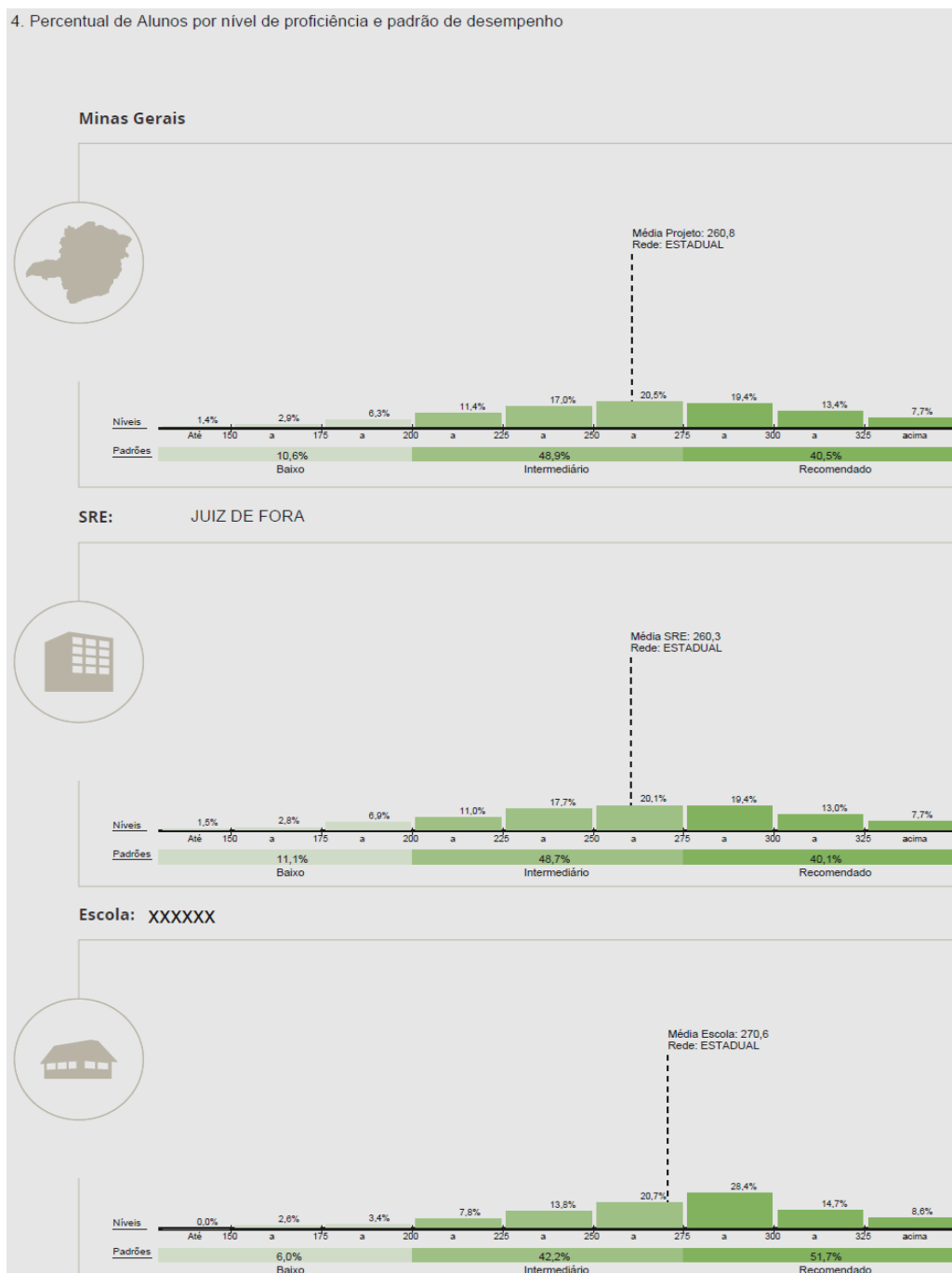
Na primeira parte dos resultados veiculados nas revistas pedagógicas do Proeb são apresentados os resultados por instância avaliada, estado, SRE e escola, respectivamente. Na primeira coluna da página são dispostas as proficiências médias alcançadas por instância avaliada.

Na segunda coluna, a participação ganha destaque e, para facilitar o diagnóstico realizado pelos professores, são apresentados o total de alunos previsto

para participar da edição do Proeb, o total de alunos que, de fato, responderam às questões dos cadernos de testes e o percentual de participação por instância.

A terceira coluna da primeira página de resultados apresenta a evolução do percentual de alunos por padrão de desempenho nas últimas três edições do Proeb. Tais informações permitem que os gestores e professores envolvidos na elaboração de estratégias que visem à melhoria dos resultados apresentados pela escola possam ter em mão uma comparação longitudinal do desempenho (proficiência média) dos alunos avaliados nas últimas três edições da avaliação, bem como a distribuição dos alunos por padrão de desempenho. Assim, é possível que acompanhem a melhoria, ou não, do rendimento dos alunos.

Figura 03: Modelo de Resultado Proeb 2013 – parte 02



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/> .

Na segunda parte dos resultados que chegam às equipes pedagógicas das escolas é apresentado o percentual de alunos por níveis de proficiência e por padrões de desempenho. Os níveis de proficiência dizem respeito às escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática desenvolvidas para o SAEB, também utilizadas para as avaliações em larga escala do Sistema Mineiro de

Avaliação da Educação Pública. Esses resultados devem ser interpretados com a finalidade de apurar, a partir da distribuição de alunos e do número efetivo de estudantes que participaram da avaliação, o percentual de discentes que ainda não consolidaram as habilidades esperadas para a etapa de escolaridade avaliada e, por esse motivo, precisam de um trabalho de intervenção pedagógica, com vistas à diminuição das lacunas de aprendizado com relação aos demais alunos avaliados.

Por apresentar em um mesmo infográfico os resultados de proficiência média, participação, evolução do percentual de alunos por padrão de desempenho e percentual de alunos por nível de desempenho e padrão de desempenho, as revistas pedagógicas fomentam as escolas com importantes informações a respeito do desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala do Proeb. Como pode ser observado, os resultados divulgados nessas revistas são apresentados por instâncias avaliadas (estado, SRE e escola¹⁸), possibilitando possíveis análises e comparações entre o desempenho.

Essas informações subsidiam os gestores das unidades escolares a buscarem estratégias para aumentarem, ou manterem a participação e o desempenho dos seus alunos.

Para respaldar o trabalho do professor em sala de aula, merece destaque a interpretação da escala de proficiência, com seus domínios e níveis de complexidade das habilidades desenvolvidas pelos alunos situados em cada um dos padrões de desempenho, pois

o detalhamento dos níveis de complexidade das habilidades, apresentado nos domínios e competências da escala, prioriza a descrição do desenvolvimento cognitivo ao longo do processo de escolarização. Essas informações são muito importantes para o planejamento dos professores, bem como para as intervenções pedagógicas em sala de aula. (Minas Gerais/Revista Pedagógica/Coleção Simave 2011 p.7)

Deste modo, é importante que o trabalho dos professores não se limite às matrizes de referência das disciplinas, que devem ser compreendidas como uma relação das habilidades avaliadas pelo teste de proficiência, isto é, trata-se de um recorte do currículo escolar.

A revista do gestor escolar, em 2011, se chamava revista da gestão e possuía como público os gestores de SRE e da Secretaria de Estado de Educação

¹⁸ O nome da escola foi omitido para que a mesma fosse preservada.

SEE/MG. Em 2012, a revista teve o seu público alterado, possivelmente para que os gestores das escolas se interessassem ainda mais pelos conteúdos veiculados nesta revista, uma vez que o gestor escolar passou a ser o seu “consumidor final”.

Esta revista oferece informações gerais sobre a participação dos estudantes na avaliação e os resultados de proficiência alcançados. Apresenta, de modo sintético, os padrões de desempenho estudantil definidos pela SEE/MG, além de discussões sobre políticas e metas para o alcance de uma educação de maior qualidade para todos. (Minas Gerais/Revista da Gestão/Coleção Simave 2011).

Um importante diferencial com relação às revistas pedagógicas diz respeito ao fato de trazerem, em seu interior, os resultados de todas as etapas de escolaridade e disciplinas avaliadas na escola, possibilitando verificar, em um só lugar, o desempenho da escola como um todo na respectiva avaliação do Proeb. Para que o gestor escolar levantasse os resultados de sua escola, nas edições anteriores da coleção de revistas do Simave/Proeb, era necessário que recorresse a todas as revistas pedagógicas destinadas à instituição escolar e verificasse o desempenho de cada etapa de escolaridade separadamente.

A revista do sistema de avaliação foi desenvolvida com o intuito de divulgar e facilitar o acesso às informações que são relevantes para a gestão do sistema educacional,

a Revista do Sistema de Avaliação foi pensada com a intenção de estruturar, de forma objetiva, os dados obtidos pela avaliação, apresentando os resultados de desempenho dos alunos em sua totalidade e por Superintendência Regional de Ensino (SRE), além do mapeamento das escolas segundo práticas pedagógicas e outras análises complementares (Minas Gerais/Revista da Gestão/Coleção Simave 2011).

Essa revista é destinada aos gestores da SEE/MG e das SREs para que tenham acesso aos resultados gerais do estado e possam interpretá-los e debatê-los, a fim de que, se necessário, possíveis estratégias de melhoria dos indicadores de desempenho do estado, a nível regional e setorial possam ser concebidas.

A revista contextual da coleção Proeb 2013 apresenta como conteúdo o perfil daqueles que responderam aos questionários, uma síntese dos aspectos

administrativos e pedagógicos, reflexões sobre práticas escolares e os resultados de desempenho por grupo de comparação¹⁹.

Para a elaboração desta revista foram utilizados os resultados apurados através dos questionários socioeconômicos respondidos pelos estudantes, professores e gestores da rede estadual de ensino que participaram do Proeb 2012. Essa revista é destinada a todos os envolvidos no sistema educacional e tem como finalidade fazer com que os gestores compreendam melhor as características da rede de ensino através da interpretação das informações de qualidade sobre os principais agentes da gestão escolar no sistema de educação em Minas Gerais.

As informações veiculadas nas revistas de apropriação de resultados visam subsidiar as reflexões a respeito dos resultados alcançados pelos alunos submetidos às avaliações em larga escala do Simave e servem de base para as discussões a serem estabelecidas através das oficinas de apropriação de resultados em toda a rede de ensino.

1.3.3 As oficinas de apropriação dos resultados

As oficinas de apropriação de resultados são ministradas por especialistas do CAEd para os profissionais da SEE/MG e para os gestores das superintendências regionais de ensino, os quais exercem a função de multiplicadores dos conceitos, conteúdos e metodologias a toda a rede de ensino do estado.

SALES (2013) a respeito da oficina de apropriação de resultados do Proeb afirma:

As oficinas, com duração padronizada de 16 horas, pretendem, nas quatro primeiras horas, contextualizar as avaliações em larga escala, por meio de uma palestra com concepções gerais sobre avaliação para todos os participantes. Nas doze horas restantes os participantes, divididos em grupos menores, são capacitados para realizar uma leitura dos materiais produzidos para a divulgação dos resultados. Neste momento, são discutidas as Matrizes de Referência, as Escalas de Proficiência, os Padrões de Desempenho, bem como é realizada a análise dos resultados. Os participantes são divididos em turmas de aproximadamente trinta cursistas, levando em consideração as áreas de conhecimento avaliadas

¹⁹ Informações disponíveis na revista contextual do Simave 2012. Disponível em: http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2013/10/REVISTA-CONTEXTUAL-Proeb-2012_WEB.pdf, acesso em 15 de maio de 2015.

em cada sistema. No caso específico do Simave/Proeb, os participantes são divididos em turmas de Língua Portuguesa e de Matemática. Em cada turma são trabalhadas as Matrizes de Referências e as Escalas de Proficiência específicas de cada projeto. (SALES, 2013, p. 36).

Como citado por SALES (2013), a maior parte, 12 horas, são dedicadas às discussões específicas das disciplinas avaliadas pelo sistema e, muitas vezes, limitam-se sobremaneira a discussões de resolução de itens utilizados nos cadernos de teste aplicados aos alunos avaliados.

Tais discussões, além de não favorecerem a apropriação dos resultados de uma maneira mais eficaz, que possibilite traçar a melhor estratégia de acordo com a realidade educacional da escola a que os resultados dizem respeito, limitam-se às discussões sobre conteúdo, currículo e, não raras às vezes, de políticas públicas e remuneração profissional. Tais desvios comprometem o bom andamento do trabalho, tendo em vista que o tempo de 16 horas não é o suficiente para que o tema da avaliação em larga escala seja compreendido por um leigo no assunto.

Entretanto, os participantes das oficinas são, muitas vezes, gestores de SREs que já tiveram a oportunidade de participar de outras oficinas de apropriação de resultados. A SEE/MG conta com esses gestores para fazer com que o conteúdo discutido nas oficinas chegue, através de um trabalho de disseminação de informações, a todas as escolas, mas, para tanto, a eficácia da oficina tem que ser maximizada, pois não há como os gestores da SRE transmitirem as técnicas de forma adequada se eles mesmos não se apropriaram, de forma devida, do tema proposto pela oficina de apropriação de resultados.

É importante ressaltar que as oficinas ministradas aos profissionais das escolas, incluindo as que serão aqui analisadas, não tiveram a mesma duração que as realizadas com os gestores de SRE. Os encontros com as equipes escolares tiveram cerca de quatro horas de duração. Apesar de ter-se trabalhado, em teoria, o mesmo conteúdo oferecido à SRE, foi apresentado de forma sintética e com algumas alterações no modelo proposto, por exemplo, as discussões da primeira parte da oficina sobre contextualização das avaliações em larga escala não ocorreram e as discussões de conteúdo, específicas de cada disciplina, foram deixadas de lado pelo fato de os profissionais de ambas as áreas avaliadas estarem

presentes na mesma turma. Desta forma, focou-se nas estratégias de apropriação, de maneira mais ampla e sem as particularidades de cada uma das áreas avaliadas, pois a intenção era fornecer a maior quantidade de informações, no menor tempo possível.

1.4 A apropriação de resultados nas Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais, “o dia D”.

Para que o trabalho das Superintendências Regionais de ensino, no que diz respeito à apropriação de resultados, ocorra da melhor maneira possível, é imprescindível a colaboração dos especialistas de educação. Estes profissionais atuam nas unidades escolares de forma direta, lidam diariamente com questões pedagógicas e, também, burocráticas ajudando a gestão das escolas, sobretudo na elaboração de estratégias que visam à melhoria dos indicadores educacionais, tendo em vista a qualidade do ensino ofertado nas escolas mineiras.

A Resolução SEE/MG nº 7.150 de 16 de junho 1993²⁰ define as atribuições dos especialistas de educação (supervisores pedagógicos e orientadores educacionais da rede estadual de ensino):

Art. 1º - É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

1 – Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola.

2 – Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola.

3 – Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo. (Minas Gerais, 1993).

Segundo a Subsecretária de Informações e Tecnologias Educacionais da SEE/MG²¹, o trabalho dos especialistas em educação pode ser subdividido em três áreas; Avaliação, Diagnóstico e Intervenção/ (re) planejamento.

²⁰ Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B53B1DB30-BD7F-4E97-B36A-FDE2D264F6A0%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%207.150,%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201993.pdf, acesso em 15 de maio de 2015.

No que diz respeito à avaliação, para que a apropriação de resultados ocorra nas unidades escolares, é necessário que os gestores e equipe pedagógica compreendam as dimensões do trabalho do especialista, pois, segundo a subsecretária, este profissional, frente aos resultados das avaliações

analisa os dados e os resultados da avaliação interna e da avaliação externa para verificar se os padrões curriculares foram consolidados, identificando as intervenções pedagógicas que os professores precisam planejar e desenvolver com seus alunos (Simave, 2014²²).

Segundo o boletim pedagógico da coleção Simave 2013, um dos principais objetivos de uma avaliação em larga escala é fomentar a comunidade escolar através dos dados coletados e produzidos ao longo do processo avaliativo, a fim de que o diagnóstico encaminhado aos profissionais da escola possa embasar a (re) formulação das estratégias de apropriação dos resultados. Estas estratégias podem, inclusive, interferir nas práticas pedagógicas, visando à consolidação das habilidades em que os alunos apresentaram deficiências.

Os resultados dessas avaliações informam, sobretudo, a participação dos alunos e o seu desempenho em relação às habilidades básicas esperadas para determinada etapa de escolaridade.

Para que os conceitos relativos às avaliações em larga escala sejam debatidos e compreendidos por todos os envolvidos no processo, a rede estadual de ensino de Minas Gerais oportuniza às escolas o debate sobre ações que possam ser concretizadas por todos os atores escolares, inclusive com a comunidade através do “dia D”, que é constituído, segundo a SEE/MG, por duas etapas “Toda escola deve fazer a diferença” e “Toda a comunidade participando”. Participam da primeira etapa, durante um dia letivo previsto no calendário da SEE/MG, todos profissionais das unidades escolares.

²¹ Disponível em:

http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B91DFD49A-AD07-47C5-B709-12F8851E6833%7D_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20como%20instrumento%20educacional%20da%20gest%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20_%20A%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20dos%20resultados%20do%20SIMAVE%20pelos%20especialistas.ppt, acesso em 15 de maio de 2015.

²² Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5oBIFVrdqg8J:crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%257B91DFD49A-AD07-47C5-B709-12F8851E6833%257D_Avalia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520como%2520instrumento%2520educacional%2520da%2520gest%25C3%25A3o%2520%2520pedag%25C3%25B3gica%2520_%2520A%2520apropria%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520dos%2520resultados%2520do%2520SIMAVE%2520pelos%2520especialistas.ppt+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, acesso em 15 de maio de 2015.

Na segunda etapa, que acontece no sábado subsequente ao encontro “Toda escola deve fazer a diferença”, além da equipe de profissionais da escola, a comunidade escolar é convidada, nesse momento, a participar e discutir as ações pré-estabelecidas pelos agentes escolares. Caso julguem necessário, é possível que as ações sejam modificadas nesta etapa.

Como podemos observar, o “dia D” mobiliza professores, pedagogos e equipe gestora durante um dia dedicado à reflexão das atividades da escola. Para isso, não há aulas neste dia, viabilizando, dessa forma, o debate dos resultados obtidos e a elaboração de estratégias que visem a uma melhoria desempenho dos indicadores educacionais da unidade escolar.

O gestor escolar exerce importante papel no “dia D”, pois cabe a ele promover as reflexões referentes aos resultados nas avaliações em larga escala a partir das revistas da Gestão Escolar e da Revista do Sistema. Tais revistas

subsidiar este momento, destinado ao planejamento e à construção de substratos para o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). Além disso, elas podem e devem ser utilizadas ao longo do ano letivo, pois são instrumentos de consulta permanente (MINAS GERAIS, 2014/Revista do Gestor Escolar, p.5)²³

Os gestores escolares são os responsáveis pela condução dos debates sobre os resultados das avaliações em larga escala em suas escolas. É importante chamar a atenção para o fato de que todos os atores educacionais envolvidos com a escola precisam compreender os resultados alcançados, afinal as avaliações externas já fazem parte do cotidiano das escolas brasileiras. Todavia, elas só poderão contribuir com a melhoria do ensino ofertado, se os dados levantados através dos testes de proficiência e questionários socioeconômicos forem compreendidos como uma fonte de informações que podem auxiliar a contornar problemas diagnosticados nas escolas.

O papel do gestor escolar é de suma importância para que as avaliações possam ser efetivas para as escolas, pois

²³ Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/07/SIMAVE-RG-MR-WEB2.pdf>, acesso em 15 de maio de 2015.

Não basta que dados sejam sistematicamente recolhidos, produzidos e registrados. A coleta e a organização de informações não são suficientes, por si só, para que mudanças possam ser experimentadas. Uma concepção ampla de avaliação envolve um conjunto de outras ações: a análise e compreensão dos dados obtidos, a reflexão sobre o significado desses dados, a utilização dos diagnósticos, para que atividades pedagógicas e de gestão sejam repensadas, a mobilização dos agentes envolvidos com a escola e o constante monitoramento de todas essas ações, incluindo a eficácia do uso dos resultados das avaliações (SIMAVE 2014, Revista do Gestor, p. 13).

O conjunto de ações destacadas na revista do gestor 2014 é de responsabilidade do gestor escolar e sua equipe diretiva. Por esse motivo o papel deste profissional é tão importante para que a apropriação de resultados, cujas estratégias são analisadas neste estudo, sejam concebidas através das discussões e debates a respeito dos dados veiculados nos instrumentos que chegam às escolas.

A utilização das revistas como subsídio de consulta permanente deve-se, sobretudo, ao fato de as avaliações em larga escala realizadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Proeb e Proalfa) abordarem os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Para embasar as reflexões é importante que as médias de proficiência obtidas nas disciplinas avaliadas sejam comparadas às médias obtidas pelas demais instâncias avaliadas, às médias da SRE a qual a escola pertence e aos resultados do estado como um todo, assim como também à média obtida pelas demais escolas da rede estadual, no município em que a escola é localizada.

É de competência do gestor escolar, explicitar o número de alunos previstos para a realização dessas avaliações bem como o número efetivo, permitindo, dessa maneira, determinar o percentual de alunos que, de fato, participou da avaliação.

Para que estratégias relacionadas ao trabalho pedagógico possam ser concebidas, a equipe pedagógica da escola, e o gestor escolar podem lançar mão dos dados produzidos pela escola por meio das avaliações internas e, também, dos resultados obtidos nas avaliações externas.

As escalas de proficiência dos componentes curriculares avaliados pelo Proeb devem ser estudadas pelos professores das disciplinas avaliadas, por

apresentarem os tópicos/temas²⁴ e habilidades avaliadas. Dessa forma, ao comparar a escala de proficiência com os resultados obtidos, é possível identificar as habilidades que ainda não foram consolidadas pelos alunos, fomentando, assim estratégias pedagógicas a fim de fazer com que os estudantes superem as dificuldades diagnosticadas e consigam consolidar tais habilidades. O objetivo dessas ações é levar os atores educacionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a criarem estratégias para minimizarem as distorções de aprendizagem existentes nas escolas do estado.

Para que o trabalho das SREs com relação à apropriação de resultados das avaliações do Proeb alcance o objetivo previsto é imprescindível que os gestores escolares e suas equipes pedagógicas tenham familiaridade com os temas discutidos nos materiais produzidos pela SEE/MG e saibam interpretar os resultados obtidos pelos alunos avaliados em suas escolas.

1.4.1 A SRE de Juiz de Fora

A Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora presta atendimento a 99 escolas da rede estadual de ensino atendendo a 30 municípios da região, consoante exposto no Quadro 02, dentre eles ao município homônimo.

²⁴ O tópico ou tema representa uma subdivisão de acordo com conteúdo, competências de área e habilidades. Nas matrizes de referência para avaliação em Língua Portuguesa, por exemplo, os tópicos são definidos a partir de duas diferentes perspectivas de interação do leitor com o texto: a macrotextual e a microtextual. Na perspectiva macrotextual, enfatizam-se a tipologia textual – narrativa, dissertação, descrição etc. – e os gêneros discursivos. Já na perspectiva microtextual, a ênfase recai sobre as relações estabelecidas dentro de um mesmo período ou entre períodos de um texto.

Nas matrizes de referência para avaliação em Matemática, os temas são organizados a partir de blocos de conteúdos do ensino da Matemática para a educação básica. Os temas selecionados – Espaço e Forma, Grandezas e Medidas, Números e Operações/Álgebra e Funções, e Tratamento da Informação – representam conteúdos com base nos quais são elaborados descritores que expressam habilidades em Matemática. (MINAS GERAIS/Simave 2011/Revista do Sistema p.20)

Quadro 02 – Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora

Número de escolas	Identificação da Regional	Número de Municípios de Atuação	Nome dos Municípios atendidos
99	Juiz de Fora	30	Arantina
			Belmiro Braga
			Bicas
			Bom Jardim de Minas
			Chácara
			Chiador
			Coronel Pacheco
			Descoberto
			Ewbank da Câmara
			Goianá
			Guarará
			Juiz de Fora
			Lima Duarte
			Mar de Espanha
			Maripá de Minas
			Matias Barbosa
			Olaria
			Pedro Teixeira
			Pequeri
			Piau
			Rio Novo
			Rio Preto
			Rochedo de Minas
			Santa Bárbara do Monte Verde
			Santa Rita de Jacutinga
			Santana do Deserto
			Santos Dumont
			São João Nepomuceno
			Senador Cortes
			Simão Pereira

(fonte: https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/sre/Planilha_das_regionais_MG1%201.xls).

Pelo fato de as escolas participantes deste estudo serem localizadas na cidade de Juiz de Fora, destacarei, a seguir, algumas informações a respeito das escolas da rede estadual deste município.

No quesito aprendizado, segundo informações da Prova Brasil 2013, que leva em consideração o desempenho dos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, o percentual de estudantes da rede estadual de ensino de Minas Gerais, no município de Juiz de Fora com desempenho considerado Adequado²⁵ em

²⁵ Na Prova Brasil, assim como nas avaliações do Simave, o desempenho do aluno avaliado é apresentado em uma escala de proficiência (escala SAEB), discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos pela Educação indicaram qual a pontuação a partir da qual pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio adequado da competência (fonte: QEdU)

Língua Portuguesa e Matemática, no 5º ano, é, respectivamente, 61% e 52%, já no 9º ano os percentuais são 35% em Língua Portuguesa e 20% em Matemática, conforme pode ser observado no quadro 03, a seguir:

Quadro 03: Comparativo entre o percentual de alunos com aprendizado adequado em Minas Gerais e no município de Juiz de Fora

	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa – média do estado	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa – média do Município de Juiz de Fora	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática – média do estado	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática – média do Município de Juiz de Fora
5º ano	58%	61%	54%	52%
9º ano	34%	35%	20%	20%

(fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/2175-juiz-de-fora/aprendizado>).

O percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano da rede estadual, no município de Juiz de Fora (média do estado) em Língua Portuguesa (34%) e Matemática (20%), se comparados aos percentuais alcançados pelos estudantes do 5º ano do ensino fundamental, (58% em Língua Portuguesa e 54% em Matemática) apresentam uma considerável queda, 24 pontos percentuais em Língua Portuguesa e 34 pontos percentuais em Matemática.

O mesmo ocorre com as médias do município de Juiz de Fora com relação à redução dos percentuais. No 5º ano, em Língua Portuguesa o percentual de alunos com aprendizado adequado é 61%, no 9º ano o percentual cai para 35%, queda de 26 pontos percentuais. Com relação à disciplina Matemática a redução do percentual foi ainda maior, caindo de 52% para 20%, queda de 32 pontos percentuais.

O percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano do ensino fundamental na rede estadual de ensino, no município de Juiz de Fora, 34% e 20%, respectivamente, é muito próximo aos percentuais da etapa de escolaridade no estado como um todo. Em Língua Portuguesa, o resultado é somente um ponto percentual maior que o percentual estadual, já em Matemática, o percentual é o mesmo. Tal proximidade nos percentuais nos possibilita afirmar que o desempenho do 9º ano do ensino fundamental do município de Juiz de Fora reflete a realidade do ensino ofertado no estado.

Cabe ressaltar que 70% é a proporção de alunos que deve aprender o considerado adequado até 2022, segundo o movimento Todos pela Educação.

O perfil dos diretores escolares das escolas estaduais do município de Juiz de Fora foi traçado através de um questionário aplicado pelo INEP junto à Prova Brasil, na edição de 2011, e respondido pelos 44 diretores das unidades escolares. Os diretores responderam um questionário com 212 perguntas a respeito do perfil do gestor, das condições da escola e de anormalidades que ocorreram nas instituições escolares.

Através deste questionário, foi possível verificar alguns importantes pontos a respeito do dia a dia deste profissional. Dos 44 questionários respondidos, 18% possuem outro trabalho além do cargo de direção, 48% afirmam que a escola em que trabalha como diretor possui programa de redução de abandono escolar em fase de implementação, 84% afirmam que a escola possui programa de redução de reprovação em fase de implementação, 82% afirmaram que a escola possui programa de reforço escolar e 100% dos respondentes afirmaram haver conselho de classe nas escolas que atuam como diretores.

Com esses dados é possível inferir que, no que diz respeito à gestão escolar, os diretores das escolas estaduais de Juiz de Fora tem exercido sua função ao encontro das necessidades da Superintendência Regional de Ensino, sobretudo por lançarem mão de esforços com vistas à melhoria do aprendizado dos alunos através dos programas de reforço escolar.

Para melhor compreensão das médias de proficiência das instâncias avaliadas, no quadro 04 serão apresentados os cortes dos respectivos padrões de desempenho do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental do Simave:

Quadro 04: Padrões de Desempenho 5º e 9º anos do Ensino Fundamental Simave

Padrão de Desempenho	5º Ano do Ensino Fundamental		9º Ano do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Baixo	Até 175	Até 175	Até 200	Até 225
Intermediário	De 175 a 225	De 175 a 225	De 200 a 275	De 225 a 275
Recomendado	Acima de 225	Acima de 225	Acima de 275	Acima de 300

Fonte: <http://www.simave.caeduff.net/wp-content/uploads/2014/07/SIMAVE-RG-MR-WEB1.pdf>.

Tais informações fazem-se necessárias para que os resultados das médias de proficiência sejam melhor compreendidas. No quadro 05, a seguir, estão relacionadas as médias de proficiência obtidas pelas instâncias Município de Juiz de Fora, SRE de Juiz de Fora e Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais nas seis últimas edições do Simave. Os demais resultados, tais como participação, níveis de proficiência, e Padrões de Desempenho em que as instâncias estão alocadas encontram-se disponíveis para análise no site da avaliação²⁶.

²⁶ Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-antiores/resultadosescala/> e <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-2013/>, acesso em 15 de maio de 2015.

Quadro 05: Médias de Proficiência Simave/Proeb 2009 a 2014 por instância avaliada

Médias de Proficiência Simave/Proeb 2009 a 2014																								
Instâncias	2009				2010				2011				2012				2013				2014			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano
Município de Juiz de Fora	216,2	257,3	230,3	263,9	216,3	261,5	229,9	275	216,4	256,9	232,3	256,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SRE de Juiz de Fora (rede estadual)	216,3	253,6	231,6	261,7	216	257,4	232,4	271,2	215,1	255,6	231,7	255,6	218,8	255,9	235,6	265,4	215,7	260,3	236	262	220,5	255,2	232,3	261,1
Rede Estadual de Minas Gerais	213,8	252,1	226,2	261,4	217,1	255,7	235,1	268,9	214,4	253,9	232,9	264	217,6	254,5	237,1	267,3	218,7	260,8	239,4	264,5	224,1	256,9	239,3	265,5

Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-antiores/resultadosescala/> <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-2014/>.

No quadro 5, percebe-se que os resultados das avaliações do Simave foram distribuídos por instância avaliada. Entretanto, a SEE/MG, em 2012, deixou de mencionar a média de proficiência das escolas estaduais dos municípios participantes entre os resultados que chegam às escolas.

Ao analisarmos os dados, é possível perceber que somente em uma disciplina, Matemática, em apenas uma etapa de escolaridade, 5º ano do ensino fundamental, o padrão de desempenho Recomendado foi alcançado ao longo de todo o período compreendido pelas avaliações do Proeb mencionadas neste estudo. Já em relação ao 9º ano do Ensino Fundamental, as médias alcançadas não foram tão expressivas, o padrão de desempenho foi alcançado uma única vez, na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, no ano de 2010.

As demais disciplinas e etapas de escolaridade avaliadas, embora não tenham alcançado o padrão de desempenho “Recomendado” em nenhuma das instâncias avaliadas, têm se mantido no padrão de desempenho Intermediário nas seis edições representadas no quadro 5.

No ano de 2011, com exceção das médias obtidas pelo município de Juiz de Fora no 5º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, todas as instâncias avaliadas apresentaram queda na média de proficiência obtida em relação à edição anterior do Simave. Cabe ressaltar que, neste ano, o município de Juiz de Fora alcançou suas mais altas médias de proficiência no 5º ano do ensino fundamental em ambas as disciplinas avaliadas, indo, assim, de encontro ao ocorrido nas demais instâncias.

Os resultados da SRE de Juiz de Fora para o 5º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa apresentou, já em 2012, uma importante recuperação, alcançando como média 218,8; entretanto, não mantiveram os mesmos percentuais e no ano seguinte obteve a média 215,7. Em 2014 a SRE obteve a sua maior média 220,5.

O estado como um todo, assim como a SRE de Juiz de Fora, voltou a ter um bom desempenho após a queda apresentada em 2011, alcançando a média 217,6 em 2012 e 218,7 em 2013 a maior média alcançada pelo estado 224,1 foi obtida na última edição da avaliação, em 2014

A mesma reação pode ser percebida com relação à disciplina Matemática para o 5º ano do Ensino Fundamental, já que, em 2012, obteve sua maior

proficiência média, vindo a superá-la no ano seguinte, em ambas as instâncias avaliadas, SRE de Juiz de Fora e estado como um todo. Tal aumento das médias não foi repetido em 2014, pois houve um decréscimo da média alcançada em ambas as instâncias, a SRE apresentou uma média 3,7 pontos menor que a alcançada em 2013. A média do estado sofreu uma ligeira queda de 0,3 pontos em relação ao mesmo período.

Com relação ao 9º ano do ensino fundamental, em Língua Portuguesa, a recuperação teve início em 2012. Em 2013, as maiores médias foram obtidas, entretanto, em 2014 a média do estado caiu 3,9 pontos e a média da SRE de Juiz de Fora sofreu uma queda de 5,1 pontos. Na disciplina Matemática, embora ambas as instâncias tenham esboçado melhoria no ano de 2012, essa não se consolidou em 2013, voltando a sofrer queda. No ano seguinte, 2014, o desempenho alcançado pelo estado melhorou 1,1 pontos, entretanto, ficou abaixo das médias alcançadas nos anos de 2010 e 2012, em que as maiores médias foram obtidas. Já as médias da SRE de Juiz de Fora voltaram a cair, em 2014 a média foi 0,9 pontos menor que a verificado no ano anterior.

Com o intuito de verificar se os gestores das escolas participantes, de fato, dominavam os conceitos relativos às avaliações em larga escala bem como a forma com que utilizavam o material de apropriação de resultados produzidos pela secretaria de educação em parceria com o CAEd/UFJF, foi realizado um grupo focal com duas escolas estaduais do município de Juiz de Fora.

1.4.2 Realização do Grupo Focal

Para a realização do grupo focal, foi necessária a participação de um quantitativo significativo dos professores; no mínimo oito e no máximo 12 professores participantes. Foi solicitado aos gestores das escolas que a realização do encontro ocorresse em um dia no qual houvesse o maior número de professores de Língua Portuguesa e Matemática na escola (disciplinas avaliadas pelo Simave) e que os mesmos fossem liberados para poderem participar.

Ambas as diretoras apoiaram a iniciativa, sobretudo pelo fato de, após a realização do grupo focal, os profissionais das escolas participarem da oficina de apropriação de resultados ministrada por profissionais do CAEd. Através das

informações partilhadas, estes profissionais poderiam apropriar-se melhor dos resultados da escola e, se preciso, repensar as ações desenvolvidas pela equipe gestora em prol da melhoria do ensino ofertado aos alunos.

A participação de ambas as escolas foi dentro do quantitativo estipulado; a escola central contou com a participação de 11 profissionais e a escola da periferia com oito profissionais.

É importante ressaltar que, ao escolher as escolas que participariam da pesquisa, algumas variáveis foram levadas em consideração, tais como a localização, o nível socioeconômico (NSE) e, sobretudo se os resultados alcançados nas avaliações do Proeb eram aproximados.

O resultado apontou que, em ambas as escolas, o material de divulgação e apropriação dos resultados era utilizado de forma equivocada pelos profissionais, pelo fato de desconhecerem o seu conteúdo, bem como as teorias e metodologias que embasavam os resultados.

Com o intuito de dar seguimento ao grupo focal, uma oficina de apropriação de resultados foi oferecida aos diretores das unidades escolares participantes. Os gestores de ambas as escolas demonstraram interesse em aprofundar seus conhecimentos em apropriação de resultados, tanto que fizeram questão de participar das oficinas, juntamente com suas equipes pedagógicas.

O público das oficinas, em suas respectivas escolas, não foi o mesmo. Na escola central, a diretora Maria²⁷ preferiu que apenas ela, os coordenadores pedagógicos e os vice-diretores – equipe gestora da escola – participassem da oficina, identificassem as informações que julgassem pertinentes e repassassem aos professores das disciplinas avaliadas. Entretanto, os vice-diretores não compareceram. Sendo assim, somente a Diretora e duas coordenadoras pedagógicas participaram da oficina. Maria afirmou, em uma conversa informal, que a opção por somente a equipe gestora da escola composta por uma diretora e duas coordenadoras pedagógicas participarem da oficina deveu-se ao fato de a maior parte dos professores de Língua Portuguesa e Matemática lecionarem em outras escolas, ou seja, independentemente do dia em que a oficina fosse marcada, nem todos poderiam participar.

²⁷ Usarei nomes fictícios para preservar a identidade dos atores educacionais que participaram da pesquisa.

A gestora Maria assumiu o cargo de diretora no ano de 2012 – após uma gestão de mais de vinte anos de sua antecessora –, e, anteriormente, exercia a função de coordenadora pedagógica da escola, cargo no qual é efetiva.

Os coordenadores pedagógicos da escola supracitada são todos concursados e já estão perto de se aposentarem. Por esse motivo, o trabalho da gestora para fazer com que a escola volte a alcançar melhores resultados nas avaliações externas pode se tornar mais complexo do que o esperado.

Na escola situada na periferia a diretora Aparecida²⁸ optou por mobilizar toda a comunidade escolar, incentivando, não só a equipe gestora, mas todos os professores a participarem da oficina. Muitos se envolveram e participaram de forma ativa da oficina de apropriação de resultados, inclusive professores de áreas não avaliadas pelo Proeb, visto que o programa avalia somente Língua Portuguesa e Matemática no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Cerca de 20 profissionais participaram da oficina de apropriação de resultados, inclusive alguns que se mostraram resistentes, devido à falta de informações a respeito da discussão do tema “Avaliação em Larga Escala e apropriação de resultados” no Grupo Focal e tiveram, durante a oficina, oportunidade de perguntar e sanar as dúvidas a respeito do tema.

Aparecida está em seu segundo mandato e ocupa a direção da escola há seis anos. Formada em Letras e com larga experiência na rede privada de ensino, julga que motivar os alunos da comunidade onde a escola é situada e saber lidar com os problemas sociais aos quais estão expostos são os maiores desafios a serem superados. A equipe pedagógica da escola tem se esforçado para vencer esse obstáculo e, em virtude da realidade social com a qual lida, comemora toda a melhoria alcançada, por menor que seja, pois reconhece o esforço de toda a comunidade escolar para a melhoria da qualidade de ensino.

1.4.3 O contexto das escolas estudadas

A Coordenação de Análises e Publicação de Resultados (CAP), com o intuito de verificar o grau de familiaridade e satisfação dos atores educacionais das

²⁸ Usarei nomes fictícios para preservar a identidade dos atores educacionais que participaram da pesquisa.

escolas do estado de Minas Gerais com relação ao material produzido para a apropriação de resultados desenvolvidos pelo CAEd, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, realizou uma pesquisa com duas escolas estaduais da cidade de Juiz de Fora. As escolas foram escolhidas para participarem de um grupo focal e opinarem sobre o material que chega até suas equipes pedagógicas e, também, sobre a qualidade das informações veiculadas nessas revistas.

As duas escolas escolhidas para o estudo foram selecionadas por apresentarem o padrão de desempenho intermediário no 9º ano do ensino fundamental nas avaliações do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, no ano de 2012, em ambas as disciplinas avaliadas, o mesmo desempenho obtido pela rede estadual de ensino, pela Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora e pela média das escolas estaduais da cidade de Juiz de Fora. A escola do subúrbio (escola B) obteve as médias 257,3 em Língua Portuguesa e 264,9 em Matemática. Já a escola da região central (escola A) obteve as médias 254,1 e 258,2 respectivamente nas disciplinas avaliadas.

A participação dos alunos das escolas participantes do estudo nas avaliações do Proeb 2011 também foi um critério utilizado para a escolha das escolas selecionadas para o estudo, pois se pretendia discutir, no grupo focal, a motivação para um baixo, ou elevado, percentual de participação. Sendo assim, foram escolhidas uma escola com média de participação abaixo de 60% em Língua Portuguesa e Matemática e uma escola com média de participação superior a 80%.

Ambas as escolas são pertencentes à rede estadual de ensino e são sediadas na Zona Urbana da cidade de Juiz de Fora. Entretanto, segundo dados dos questionários socioeconômicos da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc²⁹ (também denominada Prova Brasil) de 2011, não possuem o mesmo nível socioeconômico.

²⁹A Anresc/Prova Brasil é uma avaliação censitária que aplica testes de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática a alunos da 4ª série/5º ano e da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o intuito de avaliar a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas. A Anresc/Prova Brasil, juntamente com a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e com a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), compõe as três avaliações externas em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O nível socioeconômico (NSE) é um indicador capaz de sintetizar características de um grupo de indivíduos levando em consideração informações como renda, ocupação e escolaridade. Nesse estudo, o NSE considerado limita-se à escola, visto que mensurar o nível de uma comunidade ou região é uma tarefa muito difícil.

O NSE das escolas estudadas foi obtido através do portal aberto “QEdu - aprendizagem em foco”, onde é possível acessar dados sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem no país, nos estados, nos municípios e nas escolas, sejam das redes municipais, sejam das redes estaduais de ensino. O valor numérico do NSE é convertido em uma escala de 0 a 10. Com o intuito de facilitar a compreensão criaram-se sete níveis qualitativos, a saber: "Mais Baixo", "Baixo", "Médio-baixo", "Médio", "Médio Alto", "Alto", "Mais Alto".

Na cidade de Juiz de Fora, das 43 escolas estaduais que avaliaram o 9º ano do Ensino Fundamental 21 possuem o NSE Médio, 19 possuem o NSE Médio-alto e apenas uma possui o NSE alto, trata-se de um colégio militar. Estudaremos, nesse trabalho, uma escola do NSE Médio e uma com o NSE Médio-alto da SRE de Juiz de Fora.

A correlação entre o nível socioeconômico e cultural das famílias e os resultados escolares tem sido comprovada em vários países do mundo, e também no Brasil, desde meados dos anos 1960. Por esse motivo, a discussão sobre classes sociais e a importância do acesso a uma educação de qualidade, ainda, é tão recorrente nos dias de hoje. Conseqüentemente, não é raro que as avaliações externas em larga escala apliquem questionários contextuais aos alunos avaliados (ALVES e SOARES, 2012) ³⁰.

A escola localizada na região central, segundo dados do Censo Escolar, conta, em seu quadro de pessoal, com 127 profissionais, entre professores, técnicos educacionais e gestores, e atende a 1.162³¹ alunos na Educação Básica. As

³⁰ Além desses questionários, outros instrumentos também podem ser utilizados com o intuito de se conhecer melhor o contexto das escolas públicas, como o Censo de 2011, que elenca em duas categorias alguns itens “que a escola possui” e “que a escola não possui”. Os itens categorizados pelo Censo 2011 são: acesso à Internet, água em rede pública, água filtrada, alimentação escolar para os alunos, berçário, biblioteca, coleta de lixo periódica, computadores, cozinha, dependências adequadas a alunos com deficiência, DVD, energia em rede pública, esgoto em rede pública, impressoras, internet banda larga, laboratório de ciências, laboratório de informática, parque infantil, quadra de esporte coberta, reciclagem de lixo, sala de diretoria, sala de leitura, sala de professores, sala para atendimento educacional especializado, sanitário adequado a alunos com deficiência, sanitário dentro do prédio e televisão.

³¹ Dados do Censo Escolar 2013.

matrículas são distribuídas entre o ensino médio (453 matrículas) e o ensino fundamental (709 matrículas). Quanto ao ensino fundamental, o número de matrículas pode ser subdividido em anos iniciais³² com 195 alunos matriculados e anos finais³³, com 514 matrículas.

A escola situada na periferia da cidade, escola B, atende a 728³⁴ estudantes, sendo que 321 estão matriculados nos anos finais do ensino fundamental e 407 no ensino médio. O funcionamento da escola é responsabilidade dos 93 funcionários que compõem o quadro de profissionais.

O estado de Minas Gerais avalia os alunos de sua rede de ensino desde o ano de 2000, através da criação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, – Simave –, a partir da necessidade de se obter informações sobre a qualidade da educação ofertada aos estudantes. Conforme prevê a LDB/96, é um dos primeiros sistemas de avaliação em larga escala da educação, a nível estadual do país.

O Simave possui como objetivo fornecer resultados de forma mais rápida que os divulgados pelas avaliações a nível federal, como o Saeb, sobre a qualidade da educação do estado, visando ao desenvolvimento de programas de avaliação que forneçam informações relevantes para o planejamento de ações em todos os níveis do sistema de ensino, apontando as prioridades à secretaria de educação através de avaliações anuais realizadas em Minas Gerais, ao verificar o desempenho de alunos das redes estadual e municipais de ensino do estado.

Em 2011, 105 alunos do 9º ano do ensino fundamental da escola A, localizada na região central de Juiz de Fora foram avaliados na Prova Brasil³⁵. A previsão era avaliar 138 estudantes, segundo o Censo Escolar de 2011; entretanto, 33 alunos não fizeram os testes, o percentual de participação foi de 76%. Do total de estudantes avaliados, em Matemática, 11 alunos encontravam-se no nível Insuficiente, 67 no nível Básico e 27 alunos no nível de proficiência Adequado (18 alunos no nível Proficiente e nove alunos no nível Avançado). Já em Língua

³² Anos iniciais - Primeira Fase do ensino fundamental, ou seja, da 1ª a 4ª série para sistemas com oito anos de duração, ou, do 1º ao 5º ano para sistemas com nove anos de duração.

³³ Anos finais - Segunda Fase do ensino fundamental, ou seja, da 5ª a 8ª série para sistemas com oito anos de duração, ou, do 6º ao 9º ano para sistemas com nove anos de duração.

³⁴ Dados do Censo Escolar 2013.

³⁵ A Prova Brasil avalia Língua Portuguesa e Matemática em um único dia. Os alunos respondem a 52 questões, divididas em quatro blocos, os dois primeiros de Matemática e os demais de Língua Portuguesa. O estudante avaliado a teve vinte e cinco minutos para responder a cada bloco de 13 questões.

Portuguesa, 15 alunos encontravam-se no nível Insuficiente, 47 no nível Básico e 43 alunos no nível de proficiência Adequado (36 alunos no nível Proficiente e sete no nível Avançado). A participação dos alunos do 9º ano na Prova Brasil, em 2011, foi de 76%, pois 33 estudantes não fizeram a avaliação.

No mesmo período de 2011, os alunos do 9º ano do ensino fundamental responderam aos testes de proficiência do Proeb, eram esperados 143 alunos, entretanto, somente 59 responderam aos testes de proficiência de Língua Portuguesa, o percentual de participação foi muito baixo, 41,3%.

Do total de estudantes avaliados quatro foram alocados no padrão de desempenho Baixo, 33 alunos no padrão Intermediário e 22 no padrão de desempenho Recomendado. A participação em Matemática foi um pouco maior³⁶, 57,3%, mas não chegou a ser considerada representativa, visto que houve abstinência de 61 alunos. Dos 82 alunos que responderam aos testes de proficiência do Proeb, 22 foram considerados no padrão de desempenho Baixo, 49 no padrão Intermediário e 11 no padrão de desempenho Recomendado.

Com relação à Escola B, localizada na periferia da cidade de Juiz de Fora, em 2011, 52 alunos do 9º ano do ensino fundamental foram avaliados na Prova Brasil. Desse total, em Língua Portuguesa, 11 alunos encontram-se no nível Insuficiente, 29 alunos no nível Básico e 12 alunos no nível de proficiência Adequado (11 alunos no nível Proficiente e um aluno no nível Avançado). Já em Matemática, 11 alunos encontram-se no nível Insuficiente, 33 alunos no nível Básico e oito alunos no nível de proficiência Adequado (sete alunos no nível Proficiente e, apenas, um aluno no nível Avançado). A participação dos alunos do 9º ano na Prova Brasil foi de 72%, pois 20 estudantes não fizeram a avaliação.

Com relação aos resultados do Proeb 2011, 61 alunos do 9º ano do ensino fundamental, 85,7% do esperado, responderam aos testes de proficiência de Língua Portuguesa, desse total, quatro alunos foram alocados no padrão de desempenho Baixo, 37 no padrão Intermediário e 19 no padrão de desempenho Recomendado. Em Matemática, 61 alunos foram avaliados, 87,1% do número previsto, sendo que oito foram alocados no padrão de desempenho Baixo, 42 no Intermediário e 11 no padrão de desempenho Recomendado.

³⁶ A diferença no percentual de participação entre as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no Proeb, deve-se ao fato de serem avaliadas em dias de aplicação distintos.

Os resultados apresentados pelas escolas, tanto na Prova Brasil quanto no Proeb são do ano de 2011, ou seja, são os resultados que as escolas possuíam antes da intervenção realizada através do grupo focal e das oficinas de apropriação de resultados. Sendo assim, é necessário que seja feita uma comparação entre os resultados anteriores e posteriores à intervenção para que possa ser verificado se as escolas desenvolveram estratégias orientadas para a melhoria do desempenho dos alunos avaliados em ambas as avaliações, nas duas escolas estudadas. Além disso, esta comparação permitirá apurar se, de fato, as informações repassadas aos profissionais de educação resultaram direta ou indiretamente na melhoria da participação e proficiência média, sobretudo no Proeb, que por se tratar de uma avaliação em larga escala anual, possibilita acompanhar mais de perto, em menores intervalos de tempo, a melhoria, estagnação ou retrocesso do desempenho apurado em 2011.

Ao compararmos os resultados das duas avaliações, no mesmo período, é possível perceber que, no Proeb, a escola da periferia obteve maior participação do que a escola central, assim como maior proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática. Já em relação à Prova Brasil, os alunos da escola central tiveram um melhor desempenho, tanto no percentual de participação quanto no percentual de alunos no nível de proficiência Adequado.

Pelo que pode ser inferido através da análise do Grupo Focal realizado em 2012, a apropriação de resultados é realizada nas escolas, mas de forma fragmentada, visto que, em ambas, os profissionais que participaram do estudo afirmaram desconhecer as revistas de apropriação de resultados. Essa percepção vem do fato de os professores não possuírem acesso às revistas e, conseqüentemente aos resultados, pelo fato de cada escola receber somente um exemplar de cada revista de apropriação de resultados, inclusive das revistas pedagógicas, que são produzidas tendo como público final os professores especialistas de cada disciplina e etapas de escolaridade avaliadas. Tal falta de acesso poderia ser resolvida através da utilização do site do Simave. Entretanto, poucos são aqueles que acessam as revistas de apropriação de resultados, em formato pdf, no site do sistema de avaliação. Um dos professores citou³⁷ explicitamente, durante a realização do Grupo Focal, que não fazia questão de

³⁷ Essas afirmações foram extraídas das gravações do Grupo Focal.

conhecer por não julgar que as avaliações externas obtenham resultados confiáveis e úteis. Segundo esse professor, elas estariam muito distantes da realidade da escola, e o que aparece como conclusão não refletiria as características das escolas.

Esse professor participou da oficina realizada em sua escola e, após seu término afirmou que muito de sua resistência para com o tema devia-se à falta de informação a respeito.

Uma das perguntas propostas para a realização do Grupo Focal abordava diretamente quais os tipos de assuntos e temas fariam com que os professores se interessassem pelo material, acima de todas as dificuldades de falta de tempo para outras atividades. Em resposta, eles disseram que o problema não é o desinteresse, nem a falta de tempo, mas a dificuldade de ter acesso ao material em mãos.

A realização das oficinas e do Grupo Focal ocorreu com a finalidade de instruir os gestores das escolas participantes deste estudo a utilizarem as informações contidas no material que chega à escola como apoio para a escolha da metodologia mais adequada para a apropriação de resultados, tendo em vista que as revistas são enviadas às escolas com o intuito de facilitar o processo de debates sobre os resultados obtidos pela escola a fim de que possam colaborar com a elaboração de estratégias que forem necessárias para a melhoria do ensino ofertado.

No capítulo 2, estão presentes as análises das entrevistas e questionários aplicados aos gestores, professores e coordenadores pedagógicos das duas escolas estudadas com o intuito de verificar se houve alguma mudança nesse processo de apropriação de resultados.

II. AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB NAS ESCOLAS PARTICIPANTES DO ESTUDO

No primeiro capítulo, foi apresentado o caso de gestão foco deste trabalho. Para tanto, privilegiou-se a descrição do contexto em que as escolas que participam deste estudo estão inseridas e do cenário dos sistemas de avaliação da educação, tanto a nível nacional como estadual a que os alunos das respectivas escolas são submetidos.

O objetivo central do capítulo 2 é verificar como a apropriação de resultados é realizada nas duas escolas alvos deste estudo e quais são as estratégias utilizadas pelos seus gestores para disseminar as informações. É esperado que os gestores de ambas as escolas, após terem participado das oficinas e do Grupo Focal realizados pela equipe do CAEd, tenham se apropriado, devidamente, das informações a respeito de como utilizar os resultados obtidos pelos alunos a fim de fomentar as discussões que visem possibilitar a reflexão, por parte dos professores e equipe pedagogia, a respeito das práticas de ensino e aprendizagem utilizadas. Para isso, os materiais de apropriação de resultados elaborados pela SEE que chegam às escolas devem ser compreendidos de modo a facilitar os debates sobre os resultados obtidos pela escola.

No capítulo 2, apresentarei as análises das entrevistas e dos questionários. Ambos os instrumentos foram aplicados aos gestores, professores e coordenadores pedagógicos das duas escolas estudadas, com o intuito de verificar se houve alguma mudança no processo de apropriação de resultados, que possa ter sido motivada pelas informações fornecidas pelas oficinas de apropriação de resultados oferecidas às respectivas escolas, em 2012. Cabe ressaltar que, para que haja uma mudança substancial na apropriação dos resultados, somente as informações expostas nas oficinas não são suficientes, sendo necessário que haja um intenso estudo dos resultados obtidos, por parte dos gestores, coordenadores pedagógicos e do corpo docente das escolas, os quais, em virtude da extensa jornada de trabalho, não conseguem, debruçar-se sobre tais dados.

Foi averiguado, também, se as informações expostas naquela ocasião foram suficientes para motivar uma possível mudança, ainda que sutil, na forma como a gestão escolar lida com os resultados obtidos. Pretendo analisar se os

gestores, de fato, se apropriaram do material, pois cabe a eles exercerem o papel de mediadores a fim de motivarem os professores e demais profissionais envolvidos no processo de melhoria dos resultados da escola, bem como identificar se, com a constante mudança no quadro de professores das escolas as informações têm sido repassadas àqueles que não tiveram a oportunidade de participar das oficinas.

2.1 Referencial Teórico

A apropriação dos resultados alcançados nas avaliações em larga escala deve ser compreendida pelos gestores educacionais como um instrumento capaz de motivar a melhoria do processo ensino e aprendizagem, melhorar a gestão pedagógica, assim como o desempenho dos alunos neste tipo de avaliação.

Luckesi (2011) considera que a avaliação só funcionará bem se houver clareza no que se deseja e, sobretudo, se funcionar como meio de investigar e, se necessário, intervir na realidade pedagógica em busca do melhor resultado. É importante que os gestores compreendam que o objetivo da avaliação externa é a produção de um *feedback*, como apontam Brooke e Cunha (2011), que proporcione um diagnóstico do ensino ofertado pela escola, por meio do desempenho obtido pelos alunos avaliados. A partir deste diagnóstico, segundo Burgos, Ferreira e Santos (2012) os profissionais envolvidos terão acesso a informações que possibilitem o (re) planejamento das ações pedagógicas. Assim, caberá aos professores e coordenadores pedagógicos intensificar as práticas pedagógicas que têm sido eficazes e, caso seja necessário, repensar as práticas que não têm alcançado o objetivo desejado.

É importante retomar a afirmação de Locatelli (2002) a respeito das avaliações em larga escala e, sobretudo sobre os seus resultados:

Para obter a adesão dos professores às avaliações em larga escala, é preciso que os professores entendam que essas podem ajudá-los, fornecendo informações complementares às avaliações que realizam. Para tanto, devem ser bem definidos e divulgados os objetivos das avaliações. É importante, ainda, que os professores participem da discussão sobre as matrizes de referência que informarão o que avaliar. Torna-se indispensável, também, uma ampla discussão que mostre, com transparência, todos os passos a serem dados na organização da amostra, na construção dos itens, na organização das provas e na análise de seus resultados. Além disso, para que as avaliações tenham utilidade para os

professores, é fundamental que esses recebam, em tempo hábil, informações e subsídios que os ajudem a reorientar suas práticas pedagógicas. (LOCATELLI, 2002, p. 5 a 6)

Para que os professores possam ter os resultados em tempo hábil, como destacado por Locatelli, a SEE/MG, juntamente com o CAEd, disponibiliza os resultados obtidos pelas escolas avaliadas, no site do Simave³⁸, isto é, antes mesmo de as escolas receberem as revistas de apropriação de resultados, os gestores e demais profissionais interessados podem acessar os seus resultados no portal do sistema de avaliação.

Segundo Luckesi, apud Libâneo (1991; p.196) “a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho”. Conforme afirmado pelo autor, os dados fornecidos através das avaliações, sejam elas internas ou externas, podem auxiliar os professores a decidirem a respeito das metodologias que vêm utilizando, bem como se elas estão surtindo o efeito desejado em sua prática pedagógica.

Os testes de proficiência do Proeb, aplicados em larga escala, pelo fato de avaliarem apenas uma habilidade por item, muitas vezes são considerados fáceis pelos professores das disciplinas avaliadas quando os comparam às questões trabalhadas com os alunos em sala de aula, entretanto, quando o resultado chega, percebem que muitas habilidades não foram desenvolvidas pelos alunos. A partir de uma reflexão coletiva das práticas pedagógicas aplicadas na escola, é possível que sejam implementadas ações que possam interferir positivamente no processo de ensino. Isso será possível se a compreensão das avaliações for ampliada no sentido de entendê-las não apenas como um instrumento de quantificação de resultados e como objeto de responsabilização, como é entendida por muitos, mas como instrumento de diagnóstico de deficiências de aprendizagem. A partir desse diagnóstico que as avaliações externas oferecem é possível então refletir a respeito das práticas adotadas para que os alunos consolidem as competências a fim de desenvolver as habilidades em que sua classe tem maior dificuldade.

Assim, as avaliações externas podem auxiliar os professores e a escola a melhorarem seus resultados. A pesquisa realizada por Nigel Brooke e outros (2011)

³⁸ <http://www.simave.caeduff.net/>.

a respeito das avaliações externas e a gestão escolar vai além da produção de informações sobre a aprendizagem dos alunos e definição de estratégias de formação. Os autores afirmam que os resultados das avaliações têm sido utilizados, como instrumentos de gestão com diversos objetivos, tais como avaliar e orientar a política educacional; informar ao público; alocar recursos; implementar políticas de incentivos salariais; como componente da política de avaliação docente e, também, como certificação de alunos e escolas (BROOKE, 2011).

As políticas de responsabilização compreendidas, também, como *accountability*³⁹, ao colocar como foco o desempenho dos alunos e "legitimar o uso das avaliações externas para medir a eficácia da escola e dos professores no cumprimento dessa tarefa" (BROOKE, p.3) pressupõem duas partes: uma que delega a responsabilidade e a outra que é responsável por gerir os recursos.

Tal responsabilização no campo da educação gerou um temor por parte dos profissionais desta área, pois poderiam passar serem considerados os "culpados" pelo fracasso dos alunos e do sistema de ensino, sendo que tal responsabilidade deve ser compartilhada com os governos e, também, com a sociedade. As políticas de responsabilização se concentraram nos resultados de testes padronizados, utilizados como indicadores de desempenho das escolas e dos estudantes, refletindo nas políticas públicas que, em alguns casos, implicam em bonificações financeiras. Aqui se faz necessário uma ressalva. Os testes são mecanismos de avaliação, não de punição. Se há alguma punição, não são os testes padronizados em larga escala quem punem, mas os governantes e suas políticas públicas. O professor, se conseguir perceber a avaliação como um instrumento que traz informações a respeito do ensino ofertado, poderá ter nos testes uma importante ferramenta de diagnóstico da educação, tornando-se um aliado na sala de aula.

2.2 Aspectos da metodologia de pesquisa

Os sujeitos da pesquisa, como já mencionado, são dois gestores (diretores), dois coordenadores pedagógicos, quatro professores de Língua Portuguesa e quatro professores de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental

³⁹ Responsabilização dos atores públicos via consequências.

de duas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, no município de Juiz de Fora, totalizando 12 participantes. Embora distintos, o trabalho desempenhado pelos profissionais é de suma importância para o dia a dia das escolas, os diretores e sua equipe de vice-diretores atuam tanto na área administrativa quanto na área pedagógica, pois cabe a eles a gestão da escola, os coordenadores pedagógicos lidam, no cotidiano escolar, como questões voltadas à melhoria do aprendizado e disciplina dos alunos. A equipe de professores é responsável lecionar aos alunos os conteúdos pré-estabelecidos no Currículo Básico Comum (CBC), visando à melhor formação dos discentes.

Com relação às avaliações em larga escala, cabe à equipe gestora (coordenadores pedagógicos e direção) apresentar aos professores, através de momentos de formação, os resultados das avaliações externas realizadas. Por sua vez, é papel dos docentes traçar as estratégias que se fizerem necessárias para a melhoria do aprendizado dos alunos. Para tanto devem levar em consideração as deficiências aferidas nestas avaliações, para que, assim, possibilitem aos estudantes desenvolverem as habilidades ainda não consolidadas. É necessária a realização de um trabalho que vise à assimilação dos conteúdos curriculares, os quais os alunos ainda não dominaram, por meio de ações direcionadas a superar tais lacunas no aprendizado diagnosticadas através da apropriação dos resultados dos alunos. Os questionários foram aplicados aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas participantes do estudo. Tais questionários foram concebidos com assertivas a respeito das avaliações em larga escala, subdivididas em quatro grupos, que deram origem a quatro blocos de perguntas no questionário: 1 –importância/finalidade das avaliações, 2- conceitos, 3- resultados e 4 –divulgação/apropriação. Os profissionais entrevistados deveriam escolher a opção que melhor representasse a sua opinião a respeito da assertiva e marcá-la em Escala Likert de concordância com os seguintes graus de variação: 0 – “Discordo”, 1 – “Mais discordo que concordo”, 2 – “Nem concordo nem discordo”, 3 – “Mais concordo que discordo” e 4 – “Concordo”.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido como

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o

conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A partir das respostas dos profissionais aos questionários, espera-se, através de um estudo comparativo qualitativo entre as respostas fornecidas, estabelecer algumas variáveis que permitam proporcionar uma melhor visualização da questão. No caso em questão, como a apropriação dos resultados é realizada em ambas as escolas e quais as quais as estratégias utilizadas pelas escolas ao trabalharem com os resultados alcançados.

Os gestores, professores e coordenadores pedagógicos das escolas que participam deste estudo também foram entrevistados para que outras informações a respeito da apropriação de resultados e experiências com as avaliações em larga escala pudessem ser verificadas. Para tanto, utilizamos entrevistas semiestruturadas. Os questionários e os roteiros das entrevistas utilizados nesta pesquisa encontram-se disponíveis no apêndice.

Segundo Queiroz (1988), uma entrevista pode ser considerada semiestruturada quando a utilização do instrumento de coleta de dados entrevista possibilitar uma conversação continuada entre entrevistado e entrevistador, de acordo com seus objetivos deste. O pesquisador, ao fazer uso desse instrumento de coleta de dados deve conduzir a entrevista de forma objetiva, a fim de extrair apenas o que é relevante no domínio da pesquisa, evitando, assim, que o entrevistado, ao responder dado questionamento, se desvie do foco do estudo.

Por esse motivo as entrevistas serão compostas por perguntas previamente elaboradas, mas que possibilitem certa flexibilidade, através de uma abordagem mais abrangente, de acordo com as situações que se apresentarem durante a entrevista⁴⁰.

Duarte (2002) trata da complexidade do processo de coleta de dados através de uma entrevista.

As situações nas quais se verificam os contatos entre pesquisador e sujeitos da pesquisa configuram-se como parte integrante do material de análise. Registrar o modo como são estabelecidos esses contatos, a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, o grau de disponibilidade para a concessão do depoimento, o local em que é concedido (casa, escritório, espaço público etc.), a postura adotada durante a coleta do depoimento, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz etc.,

⁴⁰ Os gestores de ambas as escolas responderão ao mesmo roteiro.

tudo fornece elementos significativos para a leitura/interpretação posterior daquele depoimento, bem como para a compreensão do universo investigado. (DUARTE, 2002: 146)

Como abordado por Duarte, muitos são os elementos que podem interferir na coleta de dados realizada pelo pesquisador. Para que alguns detalhes não passem despercebidos em função do contexto em que são observados, é importante que os instrumentos a serem utilizados, pelo pesquisador levem em consideração algumas variáveis que poderão influenciar seu trabalho. A fim de minimizar a perda de informações é recomendável que sejam utilizados instrumentos que possibilitem os ajustes necessários à situação em que os dados estão sendo coletados.

A utilização de entrevistas semiestruturadas, compostas por tópicos abrangentes, no lugar de perguntas rígidas, visa a flexibilizar o processo de coleta de dados junto ao entrevistado. Duarte (2002) considera que alguns outros elementos significativos são relevantes para a interpretação de um depoimento, isto é, as condições em que o depoimento é colhido, bem como reações do entrevistado podem ser tão importantes quanto as respostas fornecidas aos questionamentos apresentados a ele. Por esse motivo, a utilização deste instrumento de pesquisa torna-se tão complexo, segundo o autor.

Os instrumentos de pesquisa utilizados neste estudo foram respondidos pelos seguintes profissionais, dispostos no quadro 06 a seguir:

Quadro 06: Síntese numérica dos questionários e entrevistas aplicadas

Escola	Tipo de instrumento	Número de Professores do 9º ano do Ensino Fundamental		Número de Coordenadores Pedagógicos	Número de Diretores
		Língua Portuguesa	Matemática		
Escola A	Questionários e Entrevistas	2	2	1	1
Escola B	Questionários e Entrevistas	2	2	1	1
Total		8		2	2
Total de profissionais participantes: 12					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os 12 profissionais que participaram deste estudo responderam a ambos os instrumentos de pesquisa na mesma data. Primeiro, responderam às entrevistas

semiestruturadas as quais foram gravadas e, posteriormente transcritas e, em seguida preencheram os questionários. Cabe ressaltar que os blocos de perguntas, citados anteriormente, estão presentes nos questionários aplicados a todos os profissionais. Entretanto, para facilitar a análise dos dados, as respostas foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo é composto pelos oito professores, quatro de cada disciplina; já o segundo grupo, composto por quatro profissionais, compreende os diretores e coordenadores pedagógicos das escolas, por terem respondido ao mesmo modelo de questionário.

2.3 Apresentação das análises de dados

O tempo em que os profissionais participantes atuam na área educacional foi um dos questionamentos das entrevistas. A maior média de anos trabalhados é a dos diretores, 22,5 anos, a média dos coordenadores pedagógicos é de 18 anos, dentre as médias dos professores, aqueles que lecionam a disciplina Matemática obtiveram a média de 16 anos trabalhando na área. Chama atenção a média dos professores de Língua Portuguesa, 3,75 anos. Cabe ressaltar a esse respeito que apenas um dos profissionais desta disciplina obtém experiência maior do que cinco anos.

O bloco 1 contém quatro assertivas a respeito da importância das avaliações em larga escala. Os quadros 7 a 10, dispostos a seguir, apresentam, em síntese, a incidência de respostas dos profissionais respondentes ao Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala, com relação às assertivas apresentadas. No quadro número 07, a seguir, estão dispostas as marcações dos profissionais participantes da pesquisa no que diz respeito à necessidade de os alunos e professores envolvidos conhecerem as finalidades das avaliações do Proeb.

Quadro 07: Assertiva 1 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2					X
	Professor MAT Escola A – 1					X
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1					X
	Professor LP Escola B – 2					X
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2					X
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através do quadro 7, podemos observar que os 12 profissionais que participaram da pesquisa concordam com a afirmação de que “É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb”. Tamanha concordância nos possibilita inferir que ambas as escolas desenvolvem um trabalho de conscientização de seus profissionais com relação à importância das avaliações em larga escala as quais os alunos são submetidos. Conforme dito por Luckesi, o professor e a equipe diretiva, quando tem ciência dos aspectos referentes avaliação e sua característica diagnóstica, podem desempenhar melhor o atingimento das metas e processos de ensino aprendizagem.⁴¹ Dado o alto grau de concordância dessa assertiva infere-se que os docentes compartilham de tal percepção.

O quadro de número 08 apresenta a percepção dos diferentes atores sobre a importância da avaliação externa.

⁴¹ Apesar de avaliações internas e externas avaliarem questões diferentes (aprendizagem e desempenho) é possível identificar em ambas as características a serem trabalhadas pelo docente.

Quadro 08: Assertiva 2 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
A participação dos alunos é de suma importância para se obter resultados mais fidedignos.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2			X		
	Professor MAT Escola A – 1					X
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1					X
	Professor LP Escola B – 2					X
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2					X
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B		X			
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

A afirmação de que a participação dos alunos é de suma importância para se obter resultados mais fidedignos obteve 83,3% de concordância, sendo que apenas dois respondentes não concordaram. Chama a atenção o fato de haver um respondente que mais discorda do que concorda com essa afirmativa. Tal marcação deve-se ao fato de, segundo a diretora da escola B⁴²,

os alunos não levarem a sério a realização das provas, sendo assim, ainda que a participação seja alta, os resultados serão ruins, pela falta de interesse e, por isso, não serão fidedignos. (DIRETORA ESCOLA B. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Cabe ressaltar que a marcação corresponde a “Mais discordo que concordo” em relação à assertiva disposta no quadro 08 foi feita por um profissional que ocupa o cargo de direção. Este mesmo profissional concordou com a afirmativa “É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb”, vide quadro 07. Ou seja, embora todos os profissionais respondentes concordem com referida afirmativa, devido à opinião da diretora da escola B, podemos inferir que algo ainda precisa ser feito em relação ao trabalho de conscientização dos alunos em relação às avaliações as quais são submetidos para

⁴² escola da periferia.

que os resultados alcançados sejam fidedignos. Afinal, se os profissionais que recebem e interpretam os resultados não os considerarem fidedignos, dificilmente tais dados fomentarão discussões que se revertam em ações que visem à melhoria do ensino ofertado.

Através do Grupo Focal, realizado em 2012 pela equipe de especialistas do CAEd foi possível observar que a falta de motivação é um dos fatores que geram a descrença nas avaliações externas:

Os alunos realizam as avaliações sem a seriedade necessária: por antipatia dos professores que a aplicam, ou por não se sentirem motivados o suficiente por uma avaliação cuja importância desconhecem, os alunos não levam a sério a resolução das questões (querem saber se vão receber pontos curriculares a mais pela realização da prova). Segundo os professores, os estudantes não entendem os objetivos de tantas avaliações, e esse seria “o grande problema”. Isso faria com que os resultados não fossem válidos. (GRUPO FOCAL - CAEd 2012).

A falta de empenho dos alunos nas avaliações em larga escala, mencionada pela Diretora da escola B já havia sido constatada durante a realização do grupo focal, no ano de 2012. A recorrência desse fator nos permite inferir que algo ainda precisa ser feito a fim de motivar e conscientizar os discentes em relação à importância de desempenharem o seu papel da melhor forma possível no que diz respeito à realização dos testes de proficiência em larga escala que chegam à escola.

O quadro número 09 contém as marcações dos profissionais que atuam nas escolas em relação à importância das avaliações do Proeb para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos, conforme pode ser observado, a seguir:

Quadro 09: Assertiva 3 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
As avaliações do Proeb são importantes para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.	Professor LP Escola A – 1			X		
	Professor LP Escola A – 2				X	
	Professor MAT Escola A – 1					X
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1				X	
	Professor LP Escola B – 2			X		
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A				X	
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Metade dos entrevistados concorda que as avaliações do Proeb são importantes para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos, 33,3% dos respondentes mais concordam do que discordam com a afirmação e 16,7% nem concordam, nem discordam da assertiva. Tal distribuição nas marcações pode ter sido motivada pelo fato de uma parte significativa dos entrevistados ainda não conhecerem a finalidade das avaliações externas do Proeb, gerando uma contradição ao compararmos as respostas, afinal, todos os profissionais concordaram com a assertiva “É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb”, vide quadro 7, no qual se destacou a importância das avaliações externas. Tal cenário nos possibilita afirmar que, na prática, metade dos entrevistados sequer identifica a finalidade da referida avaliação, visto que, conforme disposto no portal do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública.

Com o intuito de acompanhar a melhoria da qualidade do ensino ofertado em sua rede, o estado de Minas Gerais busca, por meio do PROEB, produzir diagnósticos sobre o desempenho dos estudantes nas áreas de conhecimento avaliadas, permitindo, uma vez identificada qualquer

fragilidade nesse processo, que ações sejam realizadas para que a qualidade da educação do município possa ser melhorada.⁴³

Quadro 10: Assertiva 4 – Bloco 1 – Importância/Finalidade das avaliações em larga escala:

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
A coordenação pedagógica realiza um trabalho de conscientização junto aos alunos.	Diretor Escola A			X		
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B				X	
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Merece destaque, também, a última assertiva do Bloco 1 respondida pelos diretores e coordenadores pedagógicos, “A coordenação pedagógica realiza um trabalho de conscientização junto aos alunos”, três de quatro respondentes concordaram que o trabalho de conscientização dos alunos é realizado, um diretor, embora não tenha discordado, também não concordou com a assertiva. Provavelmente, por esperar uma maior conscientização por parte dos alunos, talvez motivado pelo fato de o desempenho e a participação dos alunos nas avaliações do Proeb ainda poderem ser melhorados. Conforme destacado, anteriormente, segundo a legislação educacional cabe aos especialistas o trabalho com os dados provenientes das avaliações externas. Nesse aspecto aparece uma “falha” na questão de como os dados são repassados e possivelmente de serem melhorados.

Através de pesquisa documental, foi possível comparar o desempenho obtido pelas escolas no ano de 2011 ao desempenho alcançado na última avaliação do Proeb, aplicada em 2014. Com relação à participação dos alunos, somente em uma disciplina, em apenas uma das escolas, a meta de 80% de participação recomendada pelo CAEd não foi alcançada. Na escola A, central, em Língua Portuguesa era esperada a presença de 106 alunos, 90 compareceram, 84,9%, na disciplina Matemática a presença dos estudantes foi ainda menor, somente 82 participaram da avaliação, 77,4%. Na escola B, periferia, dos 83 alunos esperados 70 realizaram as provas de Língua Portuguesa, 84,3% e 69 foram avaliados em Matemática, 83,1%.

⁴³ Disponível em: <http://www.simave.caeduff.net/proeb/o-que-e-proeb/>

Ao compararmos a participação alcançada em 2014 com a aferida em 2011, as médias obtidas pela escola A aumentaram significativamente, passaram de 41,3% para 84,9% em Língua Portuguesa e de 57,3% para 77,4% em Matemática.⁴⁴

Na escola B, os percentuais de participação caíram em ambas as disciplinas, no mesmo período, passando de 85,7% para 84,3% em Língua Portuguesa e de 87,1% para 83,1% em Matemática.

Com relação ao desempenho dos alunos, na escola A, a participação dos alunos e os resultados alcançados têm melhorado significativamente. Em Língua Portuguesa, no ano de 2011, quatro alunos estavam alocados no padrão de desempenho Baixo, em 2014 foram 10, 33 era a quantidade de estudantes no padrão Intermediário, em 2014 o número subiu para 36. O aumento mais significativo se deu no número de estudantes no padrão de desempenho Recomendado, que saltou de 22 para 44. Em Matemática, em 2011, 22 alunos estavam com o padrão de desempenho Baixo, em 2014 esse número caiu para 9, 49 estavam no Intermediário, já na última avaliação o número caiu para 42, com relação ao Recomendado o número aumentou de 11 para 31 alunos alocados no padrão de desempenho. O aumento do número de alunos distribuídos nos três padrões de desempenho pode ser um reflexo da melhoria na participação dos estudantes.

Na escola B, na disciplina Língua Portuguesa, oito alunos foram alocados no padrão de desempenho Baixo, no ano de 2011 eram quatro aqueles que estavam compreendidos neste padrão de desempenho. Houve aumento no número de alunos no padrão intermediário, eram 37 e passou a 45, entretanto, houve uma redução no número de alunos no padrão recomendado, caindo de 19, em 2011 para 17 em 2014. Com relação à disciplina Matemática a queda no desempenho foi ainda mais significativa, no padrão de desempenho Baixo estavam alocados oito estudantes, esse número aumentou para 24 em 2014, o padrão Intermediário sofreu uma sensível redução passando de 42 para 39 alunos, assim como em Língua Portuguesa, também ocorreu uma queda no número de estudantes no padrão recomendado, que deixou de ter 11 alunos e passou a ter somente seis neste nível de proficiência. No caso da escola B, embora tenha havido uma melhoria no número

⁴⁴ Lembro que os grupos focais se realizam no ano posterior a aplicação das provas. Os resultados de 2011 foram divulgados em 2012, por isso os grupos focais tiveram como base os dados do ano anterior.

de alunos participando das avaliações, o rendimento apresentado não foi o mesmo do alcançado pela escola A, o que pode ser constatado através da queda no número de alunos que se encontram no padrão de desempenho Recomendado.

A queda no desempenho da escola B já havia sido mencionada durante a entrevista da diretora. Mesmo com a realização de um trabalho de intervenção voltado aos alunos:

a escola fazia e faz ainda, pois a grande preocupação com os alunos que chegam ao 9º ano é essa, né, leitura, escrita e principais operações, eles chegam aqui, infelizmente, analfabetos, chegam aqui sem saber nada. É preciso fortalecer o ensino fundamental mesmo, com muita força! Eles chegam muito ruins, muito fracos. (DIRETORA ESCOLA B. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Com relação à apropriação de resultados foi verificado, durante a realização das entrevistas que, dos 12 profissionais respondentes, somente quatro participaram das oficinas de apropriação de resultados ofertadas em 2011 às equipes das respectivas escolas. Dos quatro profissionais, somente um atua como professor. Já com relação ao grupo focal apenas dois, uma diretora e uma coordenadora pedagógica, afirmaram ter participado.

A baixa participação nestes dois momentos de formação deve-se, principalmente, à alta rotatividade dos profissionais que trabalham com educação, a exemplo, a professora de Língua Portuguesa da escola B, que mencionou, durante a coleta de dados, ser a terceira professora que assume a turma de 9º ano em que leciona, neste ano de 2015.

A seguir estão dispostas as assertivas a respeito dos resultados das avaliações em larga escala que chegam às escolas.

Quadro 11: Assertiva 1 – Bloco 2 – Resultados

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Os resultados precisam ser debatidos entre os professores, inclusive de outras disciplinas, para melhor apropriação.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2					X
	Professor MAT Escola A – 1					X
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1					X
	Professor LP Escola B – 2					X
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2					X

	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os profissionais concordaram com a primeira afirmação deste bloco “Os resultados precisam ser debatidos entre os professores, inclusive de outras disciplinas, para melhor apropriação”. Tal resultado poderia ser interpretado como um indício de que, reconhecida a importância dos debates entre todos os profissionais envolvidos acerca do desempenho obtido, as discussões dos mesmos seriam realizadas de forma ampla e abrangente, possibilitando, inclusive, a realização de um trabalho interdisciplinar a partir dos resultados alcançados. A esse respeito, Oliveira (2012), ao analisar os documentos oficiais das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e compará-los ao trabalho realizado nas escolas afirma que:

As propostas oficiais trazidas pelas DCNEM e pelos PCNEM ainda não são uma realidade para todos os docentes. Isso pode ser confirmado quando a grande parte dos professores opta por trabalhar suas disciplinas de forma isolada ao invés de buscar um trabalho interdisciplinar. Muitas vezes, matérias que trabalham com conteúdos muito próximos não dialogam entre si e, inevitavelmente, fornecem um saber fragmentado e seccionado. O próprio conceito de interdisciplinaridade, na prática, ainda não parece claro para todos os profissionais ligados à educação. (OLIVEIRA, 2012).

As marcações realizadas no quadro 11 contrastaram com aquelas que constam no quadro 12, a seguir. No primeiro, os respondentes afirmaram ser necessário debater os resultados alcançados entre todos os profissionais. Entretanto, as discussões a respeito dos resultados obtidos, abordada através da assertiva “Os resultados obtidos pela escola são amplamente discutidos entre os professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar” nos permite inferir que, em ambas as escolas, as discussões ainda precisam ser aprimoradas.

Quadro 12: Assertiva 2 – Bloco 2 – Resultados

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Os resultados obtidos pela escola são amplamente discutidos entre os professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar.	Professor LP Escola A – 1			X		
	Professor LP Escola A – 2					X
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2		X			
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2				X	
	Professor MAT Escola B – 1		X			
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A				X	
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

A julgar pelas marcações no questionário, na visão dos professores, os resultados alcançados não são debatidos amplamente nas escolas estudadas, sendo que somente um membro da equipe gestora não optou por marcar a opção “concordo”. Aos diretores e coordenadores pedagógicos foi proposta a assertiva. “Os resultados alcançados são debatidos com os professores”, entretanto, essa afirmação obteve concordância dos quatro profissionais entrevistados. Podemos observar que existe certa divergência no que diz respeito ao nível de aprofundamento das discussões dos resultados obtidos, podendo apontar para a necessidade de uma abordagem mais ampla do que a utilizada atualmente pelas escolas, no que diz respeito às discussões dos resultados obtidos.

A respeito das discussões acerca dos resultados obtidos e das possíveis estratégias para a melhoria do desempenho, as diretoras, embora tenham afirmado nos questionários que os resultados são debatidos com os professores de forma ampla, lamentam a falta de continuidade das reflexões:

Eles discutem os resultados mais na época em que é para discutir, aí a gente discute sobre o que a gente vai fazer. O que a gente vai fazer com a

escola? Depois não tem muita discussão não! Aí é mais é problema do dia a dia, sabe? (DIRETORA ESCOLA A. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

A gente (a direção) avalia os resultados, passa para a coordenação, né? A coordenação monta um projetinho para trabalhar nos nossos sábados de módulos dois, trabalha com os professores, passa todo resultado. O que aconteceu no 3º ano, no 6º ano, como está o andamento, se houve melhora ou piora (no desempenho), então a gente vem fazendo o trabalho. Agora, não adianta também a direção e a coordenação fazerem isso e, em sala de aula, o professor não dar continuidade. Tá lá (no resultado) que tá baixo o desempenho em leitura, está baixo? Está! Ele sabe fazer referencia? O menino lê gêneros (textuais) diversos? Ele tem dificuldade em qual gênero? Então, assim..., a gente não vê um trabalho contínuo, o professor do 6º ano não conversa com o professor do 7º: “olha eu trabalhei isso, fiz aquilo, eles não estavam muito bem aqui, mas o resultado esse ano foi melhor, vamos ver o que a gente pode fazer, não tem isso”. Infelizmente, a gente não tem isso. (DIRETORA ESCOLA B. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Segundo as coordenadoras pedagógicas entrevistadas, as discussões a respeito dos resultados têm sido realizadas, sobretudo durante as reuniões de “módulo dois”, entretanto as reflexões são limitadas a esses momentos, pois, conforme a fala da coordenadora da escola A, “...depois disso fica complicado e cabe aos professores refletir a respeito no dia a dia”.

Um dos professores de Matemática da escola A, a respeito dos resultados alcançados mencionou que

em sala de aula a gente nem chega a discutir isso não... A gente chega a passar para os pais, eu acredito que o professor tenha sim consciência da importância das avaliações em larga escala, mas aluno não. (PROFESSOR DE MATEMÁTICA ESCOLA A. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Durante o trabalho de coleta dos dados uma das professoras entrevistadas, na escola B, revelou ter trabalhado como terceirizada no CAEd, atuou como especialista em Matemática, responsável por ministrar oficinas pedagógicas aos profissionais das secretarias de educação conveniadas. Na ocasião, foi questionada se utiliza os conceitos trabalhados nas oficinas no seu dia a dia, em sala de aula.

Sim, inclusive por ter trabalhado como colaboradora do CAEd, consigo utilizar esses conhecimentos em sala de aula. Trabalho alguns pontos da Matriz que antes eu não trabalhava e, pode-se aproveitar muita coisa da Matriz no dia a dia, mas não podemos nos limitar a ela. (PROFESSORA DE

Dentre os 12 profissionais entrevistados, somente a referida professora revelou fazer uso dos conceitos e metodologias das avaliações em larga escala em seu cotidiano, na sala de aula.

A respeito dos conceitos relativos às avaliações em larga escala, a seguir, nos quadros 13, 14 e 15, as respostas aferidas nos questionários aplicados. O quadro número 13 apresenta as marcações correspondentes às assertivas “entendo o conceito de Escala de Proficiência”

Quadro 13 Assertiva 1 - Bloco 3 – Conceitos:

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Entendo o conceito de Escala de proficiência.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2					X
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2			X		
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A			X		
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B				X	
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que os profissionais possam utilizar os resultados de forma pedagógica, é necessário não apenas dominar teoricamente o que são as escalas de proficiência, mas saber utilizá-las como instrumento capaz de auxiliar a interpretação dos níveis de proficiência em que os estudantes estão alocados. Os níveis de proficiência são agrupados nos padrões de desempenho, cuja compreensão foi aferida através do questionário e as marcações estão dispostas no quadro número 14 a seguir:

Quadro 14 Assertiva 2 - Bloco 3 – Conceitos

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Compreendo o que são Padrões de desempenho.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2				X	
	Professor MAT Escola A – 1					X
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2			X		
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A			X		
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B				X	
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Padrões de desempenho, como dito anteriormente, por apresentam, segundo o portal da avaliação 2015⁴⁵, a descrição das habilidades distintas de cada um de seus intervalos, possibilitam a análise dos aspectos cognitivos dos diferentes níveis de desempenho, em um continuum, do nível mais baixo ao mais alto, podendo ser utilizados tanto para embasar ações que visem à equidade nas unidades escolares quanto para fomentar políticas públicas que almejem a melhoria dos indicadores nas avaliações em larga escala.

Para que tais ações sejam possíveis é imprescindível à compreensão das médias de proficiência obtidas pelas escolas. Essa compreensão foi aferida através da assertiva “Compreendo o que significa a proficiência média obtida pela escola”, cujas marcações encontram-se no quadro número 15, a seguir:

Quadro 15 Assertiva 3 - Bloco 3 – Conceitos

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Compreendo o que significa a proficiência média obtida pela escola.	Professor LP Escola A – 1				X	
	Professor LP Escola A – 2					X
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2			X		

⁴⁵ <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/padrees-de-desempenho/>

	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2					X
	Diretor Escola A			X		
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B				X	
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação às marcações realizadas nas afirmativas do bloco 3 - Conceitos, dois fatos merecem destaque com relação às marcações das opções “discordo” e “nem concordo nem discordo”. As duas professoras de Língua Portuguesa da Escola B, optaram por marcar como resposta às assertivas as “discordo” e “nem concordo nem discordo”. Possivelmente o fato de possuírem os menores períodos de atuação nas escolas, dentre os 12 profissionais entrevistados, possa ter colaborado para a escolha das opções. Uma das professoras possui dois meses de atuação na escola e a outra somente duas semanas. A primeira assumiu o cargo efetivo após a aposentadoria de uma professora, enquanto que a segunda cumpre contrato de substituição devido a licença saúde da professora titular. Como já mencionado anteriormente, a alta rotatividade, seja ela motivada por mudança de lotação, aposentadorias, término de contratos e licenças de inúmeras naturezas, pode ser um fator que compromete um trabalho longitudinal com os resultados alcançados. Chama a atenção o fato de a diretora da escola A ter escolhido marcar a opção “nem concordo, nem discordo”, principalmente por se tratar de uma gestora que, antes de assumir o cargo que ocupa atualmente ter sido coordenadora pedagógica por mais de 10 anos e, até a data da entrevista ainda não dominar os conceitos relativos à avaliação em larga escala do Proeb. Tal diagnóstico acena para a necessidade de uma formação mais densa, não somente da parte prática, mas também da parte teórica a respeito da avaliação em larga escala do Proeb.

Os resultados obtidos pelas escolas são veiculados, dentre outros meios, em revistas que chegam às escolas. Entretanto, segundo a coordenadora pedagógica da escola A, no ano de 2015, as revistas não chegaram às escolas dentro do prazo previsto, ocasionando alguns transtornos:

esse ano eles não tinham as revistas e é bom quando tem as revistas porque eles olham também o tipo de questão que os meninos erraram ou acertaram e esse ano as revistas não chegaram para nós, então a gente mostrou o número seco e é ruim, eu não gosto... eu gosto de mostrar com o

tipo de questão. (...) Bom, eu acho esse tipo de informação importante (como trabalhar os resultados), mas a gente passa também, mesmo assim, na hora eles dizem que não sabem, que não conhecem, que nunca viram, né? É assim. (COORDENADORA PEDAGÓGICA ESCOLA A. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

A respeito do trabalho de divulgação realizado por meio das revistas de apropriação de resultados, os quadros 16 a 21 a seguir, apresentam as assertivas a respeito do bloco 4 – Divulgação:

Quadro 16: Assertiva 1 - Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
As revistas do Proeb, disponíveis na escola, são de fácil acesso a todos os interessados.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2	X				
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2		X			
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2				X	
	Professor MAT Escola B – 1	X				
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A			X		
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisarmos o bloco 4 – Divulgação, já na primeira assertiva é possível observarmos uma contradição ao compararmos as respostas disponíveis no quadro 16. Apenas uma coordenadora não concordou plenamente com o fato de as revistas do Proeb serem de fácil acesso a todos os interessados, já entre os professores, metade dos entrevistados discorda da afirmação, portanto não consideram ter facilidade em acessar as revistas. Esse contraste de posições pode ocasionar um distanciamento entre os atores, afinal o acesso às revistas é essencial para que possam se embasar a respeito dos resultados, sem que tenham acesso a elas dificilmente poderão se apropriar adequadamente dos dados debatidos na apropriação dos resultados alcançados pela escola. A dificuldade de acesso também foi verificada através da assertiva “Tenho acesso às revistas de apropriação de resultados do SIMAVE”, conforme pode ser observado no quadro número 17.

Quadro 17: Assertiva 2 - Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Tenho acesso às revistas de apropriação de resultados do SIMAVE.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2	X				
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2		X			
	Professor LP Escola B – 1		X			
	Professor LP Escola B – 2		X			
	Professor MAT Escola B – 1					X
	Professor MAT Escola B – 2			X		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em tal afirmativa, dos oito professores respondentes, somente dois concordaram. Tal cenário nos possibilita inferir que as revistas de divulgação de resultados ainda não possuem uma ampla circulação entre os professores que participaram da pesquisa. Como dito anteriormente por uma coordenadora pedagógica entrevistada, as revistas não foram entregues às escolas antes da realização do Dia D, momento em que é realizada a discussão dos resultados em toda a rede estadual de ensino. Em situações como esta é importante acessar o site do Simave/Proeb para se ter em mão os resultados dos anos avaliados bem como às revistas de apropriação, em formato pdf, com o intuito de que as discussões não sejam prejudicadas.

No quadro 18, estão dispostas as marcações feitas ao questionamento “Conheço o site do Simave/Proeb”:

Quadro 18: Assertiva 3- Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Conheço o site do SIMAVE/Proeb	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2	X				
	Professor MAT Escola A – 1			X		
	Professor MAT Escola A – 2				X	
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2		X			
	Professor MAT Escola B – 1				X	
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X

	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal assertiva foi proposta aos entrevistados pelo fato de o material de apropriação dos resultados bem como os resultados alcançados estarem disponíveis digitalmente no site do Simave/Proeb, antes mesmo de as revistas serem entregues às escolas, facilitando, assim, o acesso a tais dados, sem os quais não é possível conhecer ou mesmo discutir o desempenho alcançado. O uso das informações disponibilizadas no site do Simave foi questionado aos respondentes e suas escolhas estão dispostas no quadro número 19:

Quadro 19: Assertiva 4 - Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Faço uso das informações disponibilizadas no site do SIMAVE/Proeb.	Professor LP Escola A – 1		X			
	Professor LP Escola A – 2		X			
	Professor MAT Escola A – 1			X		
	Professor MAT Escola A – 2				X	
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2		X			
	Professor MAT Escola B – 1		X			
	Professor MAT Escola B – 2			X		
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A					X
	Diretor Escola B					X
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os profissionais que compõem as equipes gestoras de ambas as escolas concordaram com as afirmativas “Conheço o site do SIMAVE/Proeb” e “Faço uso das informações disponibilizadas no site do SIMAVE/Proeb”, conforme pode ser observado nos quadros 18 e 19, entretanto, a primeira assertiva obteve a concordância de apenas um professor, já a segunda não obteve a concordância de nenhum dos professores participantes. Tais marcações nos possibilitam inferir que os gestores sabem utilizar o site, bem como as informações que nele estão disponíveis, embora os professores não saibam utilizá-lo.

É importante destacar que no site do Simave/Proeb, além dos resultados obtidos nas últimas sete edições da avaliação, período compreendido entre os anos 2008 e 2014, estão disponíveis para *download*, em formato pdf, as coleções das revistas de apropriação de resultados das referidas edições, o Guia de elaboração de itens, a Matriz Curricular e o material da oficina de 2010, além de vídeos do Proeb e Proalfa 2014. Esses materiais podem ser utilizados como subsídio para que os resultados sejam discutidos, ainda que as revistas não tenham sido recebidas nas escolas.

A acessibilidade à linguagem utilizada nas revistas do Proeb foi um dos questionamentos feitos aos profissionais que participaram das entrevistas, conforme pode verificado no quadro 20, a seguir:

Quadro 20: Assertiva 5 – Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
A linguagem utilizada nas revistas de apropriação de resultados é acessível.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2	X				
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2					X
	Professor LP Escola B – 1		X			
	Professor LP Escola B – 2		X			
	Professor MAT Escola B – 1				X	
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A				X	
	Diretor Escola B			X		
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à afirmação “A linguagem utilizada nas revistas de apropriação de resultados é acessível”, as escolhas feitas foram bastante heterogêneas. Um professor discordou e outros dois professores mais discordaram do que concordaram com a afirmação. Esses três profissionais são aqueles que possuem o menor tempo de exercício na função, se comparados aos demais docentes. Talvez, a falta de familiaridade acerca dos conceitos que são veiculados nas revistas e nos demais meios de divulgação possa ter motivado tais marcações.

Os outros professores optaram pelas opções “mais concordo que discordo”, três marcações e “concordo”, duas marcações. Como verificado anteriormente, as equipes gestoras afirmaram não somente conhecerem o site do Simave, mas fazer uso das informações disponíveis. Provavelmente, por esse motivo tenham maior familiaridade com a linguagem utilizada nas revistas, o que pode ter levado às respectivas marcações: um diretor marcou a opção “nem concordo nem discordo”, um coordenador assinalou a opção “mais concordo do que discordo” e um diretor e um coordenador optaram pela opção “concordo”.

As marcações referentes à última assertiva do bloco 4 – Divulgação, “Durante as discussões do dia D, as informações disponibilizadas nas revistas fomentam as decisões a serem tomadas” estão disponíveis no quadro 21.

Quadro 21: Assertiva 6 – Bloco 4 – Divulgação

Assertiva	Profissional	0	1	2	3	4
Durante as discussões do dia D, as informações disponibilizadas nas revistas fomentam as decisões a serem tomadas.	Professor LP Escola A – 1					X
	Professor LP Escola A – 2			X		
	Professor MAT Escola A – 1				X	
	Professor MAT Escola A – 2			X		
	Professor LP Escola B – 1	X				
	Professor LP Escola B – 2			X		
	Professor MAT Escola B – 1	X				
	Professor MAT Escola B – 2				X	
	Diretor Escola A					X
	Coordenador Escola A				X	
	Diretor Escola B				X	
	Coordenador Escola B					X

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado das escolhas dos profissionais a esta assertiva foi bastante interessante. Quatro profissionais (um diretor, um coordenador e dois professores) escolheram a opção “mais concordam do que discordam” e três (um diretor, um coordenador e um professor) concordaram com a afirmativa. Sendo assim, pode-se concluir que sete profissionais concordam que as informações disponibilizadas nas revistas são importantes para as discussões, três professores foram indiferentes e

optaram por escolher a opção “nem concordo nem discordo” e apenas dois professores discordaram da afirmação.

Como diagnosticado através da afirmativa “Tenho acesso às revistas de apropriação de resultados do SIMAVE”, citada anteriormente, somente dois professores afirmaram ter acesso às revistas das coleções do Proeb que chegam às escolas. Entretanto, três deles afirmaram que as revistas são utilizadas para embasar as discussões durante o “Dia D”.

A partir dessas informações, é possível inferir que as discussões, bem como o acesso às revistas tem se limitado a esse momento de formação, não havendo, assim, um estudo que extrapole os resultados e possibilite refletir sobre os problemas, inclusive extraescolares, que interferem no resultado alcançado.

No material produzido e disponibilizado às escolas em formato impresso e no site do Simave há reflexões sobre alguns problemas que as escolas têm enfrentado, tais textos podem servir para colaborar com os debates realizados nos momentos de formação ao longo do ano, possibilitando aos gestores criarem outros momentos de discussão sobre os problemas intra e extraescolares interferem no aprendizado e no desempenho dos alunos. Todavia, tais materiais, produzidos para este fim por especialistas, se não forem utilizados tornam-se apenas um emaranhado de frases.

2.4 Outros achados da pesquisa de campo

A pesquisa possibilitou aferir a formação dos 12 profissionais entrevistados, dentre eles 10 possuem pós-graduação *Latto-sensu* concluída, um em andamento e apenas um não possui pós-graduação. Uma professora disse possuir, também, uma especialização *Stricto-sensu*.

Com relação à utilização dos conhecimentos adquiridos através da formação continuada na prática, em sala de aula, os professores, sobretudo aqueles que lecionam Língua Portuguesa, relataram, durante a realização das entrevistas, que encontram alguns obstáculos:

no caso de Língua Portuguesa a gente precisa muito de material e não temos, né? E que a escola não disponibiliza, por exemplo, xerox para textos diversos não tem, o que a gente tem é o livro didático e a cota do xerox, que

só abrange a avaliação bimestral... então, às vezes não dá para fazer o trabalho do jeito que a gente vê nessas formações, aí a gente faz o que dá. (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA ESCOLA B. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Com relação ao trabalho com a disciplina Matemática, o professor da escola A afirmou que os conhecimentos adquiridos são utilizados “na medida do possível, pois a gente tem atividade prática, mas tem que ter o conhecimento do conteúdo para depois ir para a atividade”.

Os desafios que os gestores enfrentam também foram abordados na entrevista. A coordenadora Pedagógica da Escola A elegeu como principais obstáculos a falta de interesse dos professores e a alta rotatividade dos mesmos, conforme pode ser observado no trecho da entrevista a seguir:

os professores só concentram no Proeb na hora que marca a data, às vezes você pede para fazer um trabalho desde o início do ano, mas eles só pegam para fazer, por exemplo, colocar um pouco de algumas questões parecidas, por exemplo, em uma prova bimestral trabalhar com aqueles descritores e não, eles só fazem algo quando marcam a prova “agora eu vou trabalhar”. Nesse “meiozinho”, nesses quinze dias. Eu, nesse tempo, eu não acho que teve mudança não... só se preocupam com os resultados da escola os (professores) antigos ... os novatos, esses não. A rotatividade atrapalha também, eu acho. Porque a gente, às vezes chega achando que uma professora vai continuar no 3º ano, mas no ano seguinte ela não pega, aí vem outro, tem as questões das licenças, vem um, depois vem outro, entendeu? Não tem uma sequência. Se tem Proeb no 9º ano eles (professores antigos) não querem pegar o 9º ano, isso acontece também no Proalfa (3º ano do ensino fundamental), eles não querem. Esse ano a gente já escutou comentários assim, porque vai ter mudança, né? Aí, tipo assim: “Ah eu escolhi essa série só porque não tem Proeb, aí já vou pegar ano que vem de novo, entendeu?” Assim, para eles fica parecendo assim que tão pegando uma coisa a mais, entendeu? E no Proalfa, mesma coisa, os professores não pegam o 3º ano do ensino fundamental. Resumindo, não houve uma mudança significativa. (COORDENADORA PEDAGÓGICA ESCOLA A. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Já a coordenadora pedagógica da Escola B afirmou ser a violência o fator tanto externo quanto interno a ser combatido:

a escola está vivendo um momento de violência, é em todo lugar, muitas vezes você tem que parar uma aula por conta de separar briga e nisso o aluno perde. Perde porque eles que provocam e porque, às vezes, os meninos vêm brigar aqui, vem aqui na porta e ficam esperando os meninos saírem para brigar com os meninos nossos. Meia hora que a gente perde separando uma briga é meia hora que o aluno perde de aula, eu acho né. A noite não tem acontecido isso porque os alunos são maiores e por haver

apenas uma turma. (COORDENADORA PEDAGÓGICA ESCOLA B. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Não podemos esquecer que, mesmo com tantos desafios, o papel do diretor como coordenador, incentivador e facilitador do processo é de suma importância, visto que, cabe a ele garantir que o supervisor pedagógico trabalhe em conjunto com o corpo docente, fazendo reuniões periódicas com sua equipe, a fim de que todos os professores reflitam sobre os resultados das avaliações, estimulando a troca de experiências entre professores, traduzindo os resultados das avaliações externas em estratégias de gestão que conduzam ao crescimento geral da escola. A revista do gestor escolar do Proeb 2014 traz em seu conteúdo o artigo “O papel do gestor escolar no contexto das avaliações em larga escala”, neste o trabalho dos diretores escolares é considerado essencial para que as mudanças esperadas tanto em nível de escola quanto em nível da rede de ensino se efetivem. Lopes (2010) refere-se ao gestor escolar como um líder:

O Diretor-Gestor é um líder democrático, que trabalha, coopera, sugere, que sabe fazer, participando das tarefas, que diz “nós” para avaliação dos efeitos positivos ou negativos da instituição. Este é o líder da organização que aprende e que assume responsabilidades, possibilita autonomia, que interage, participa e coordena à busca de soluções e construções. Visa um grupo motivado, cooperativo e que tenha vontade de crescer (LOPES, 2010).

Conforme exposto, para que haja qualquer tipo de mudança no processo de interpretação dos resultados das avaliações em larga escala que possam vir a influenciar uma melhoria no desempenho da rede de ensino e, sobretudo nos resultados das escolas, é imprescindível que os gestores escolares estejam envolvidos e contribuam com suas percepções para a formulação de práticas pedagógicas que visem à melhoria do ensino ofertado.

A fim de que todos os atores educacionais envolvidos nas discussões dos resultados alcançados pelas escolas tenham o embasamento teórico e possam formar sua opinião a respeito do desempenho obtido, no capítulo 3 serão propostos, através do Plano de Ação Educacional, cinco momentos de formação ao longo do ano de 2016 visando abordar os temas que dizem respeito aos problemas identificados neste capítulo e, também, as principais metodologias relacionadas às avaliações em larga escala.

III. PROPOSTA DE MELHORIAS NOS PROCESSOS CAPACITAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB

Ao longo desta pesquisa, procuramos analisar como os profissionais de duas escolas localizadas na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, realizam os debates e se apropriam dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), sobretudo aqueles que dizem respeito ao 9º ano do Ensino Fundamental, por meio das avaliações em larga escala do Proeb. Também pudemos observar como os resultados têm sido utilizados pelas equipes gestoras das respectivas escolas. Os diferentes tipos de materiais destinados à apropriação dos resultados produzidos pela Secretaria da Educação em parceria com o CAEd, destinados às escolas, foram abordados no Capítulo 1. No Capítulo 2 buscamos perceber de que maneira as equipes gestoras têm trabalhado com os resultados que chegam às escolas a fim de que os mesmos sejam de conhecimento dos professores, com o intuito de que não somente compreendam os dados fornecidos como passem a utilizá-los nos seus planejamentos didático-pedagógicos. Foi identificado neste capítulo que os principais desafios a serem enfrentados dizem respeito à participação dos alunos e, sobretudo a conscientização dos professores, tanto nos momentos de discussão quanto na implementação das estratégias elaboradas através do debate, em sala de aula a fim de que os resultados sejam cada vez mais fidedignos e alcancem a credibilidade necessária entre os profissionais que os interpretam.

Este capítulo, por sua vez, apresenta um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser implementado a partir do ano letivo de 2016, nas escolas alvo desta pesquisa, com a finalidade de que os diversos profissionais envolvidos possam ter acesso às informações produzidas pelas avaliações em larga escala do Simave veiculadas através das revistas de divulgação de resultados que chegam às escolas e, também, por meio do portal do Simave, com o intuito de fomentar o trabalho dos profissionais das escolas mineiras, seja ele pedagógico ou de gestão. Essa experiência será realizada como piloto, pois, no futuro, se bem sucedida poderá ser apresentada às demais escolas da rede estadual de ensino, localizadas também na cidade e, caso obtenha-se um resultado positivo, posteriormente, poderá ser

implementado em toda rede avaliada pelo Simave, o que poderá ocorrer após a avaliação de sua implementação.

Através do Plano de Ação Educacional proposto neste capítulo pretende-se desenvolver a cultura de utilização dos resultados das avaliações em larga escala nas escolas participantes desse estudo. O objetivo é fazer com que as avaliações externas sejam interpretadas pelos profissionais como uma ferramenta capaz de complementar os diagnósticos produzidos pelos professores através das avaliações internas. As avaliações externas dão origem a relatórios pedagógicos e seus resultados retornam às escolas para embasar os gestores, podendo, assim, serem utilizados como ferramenta de apoio à gestão pedagógica desenvolvida na escola. A intenção é desmitificar o trabalho com os resultados, atualmente realizado pontualmente em um restrito período do ano, por meio do “Dia D”, sobretudo pelo fato de a nova equipe gestora do estado de Minas, segundo a impressão da diretora da escola A, não ter dado tanta importância a essa política, a qual pode não ter continuidade nos próximos anos:

Teve o dia "D" nesse ano, porque já foi algo planejado no calendário do ano passado, então houve, mas a SRE, durante a formação não estavam tão preocupados como era no governo passado, nós tínhamos que estudar, tínhamos que fazer de tudo, mas eles estavam mais preocupados agora com a virada da educação do dia 19 de setembro. A virada da educação não tem nada a ver (com as discussões sobre os resultados alcançados pelas instâncias avaliadas) ela tem como objetivo fazer um levantamento, pois muitos "meninos, moços" de 15 a 17 anos, que estariam dentro da escola, estão fora, então o objetivo (da virada educacional) é trazer os meninos que estão fora, para dentro da escola de novo, para concluírem ao menos o ensino médio, esse foi o objetivo, nada a ver com a avaliação. Nós (os diretores) vamos ter uma reunião dia 1º de outubro, pois eles modificaram, também, o Simave. Agora (2015) vai ser avaliados o 7º e o 9º anos e não mais todo o ano será o 3º EF, 5ºEF, 9ºEF e 3º EM não, vai variando, vai haver uma diferença entre o primeiro ano (ímpar) e o segundo (par), mas eu esqueci agora como está o formato, sabe? Aí eles deram uma modificada (no formato). (DIRETORA ESCOLA A. Entrevista concedida em 23 de setembro de 2015).

Conforme dito pela diretora da escola A, em sua entrevista, o “Dia D”, que até então era um dos poucos momentos de reflexão sobre os resultados alcançados nas avaliações em larga escala do Simave nas unidades escolares, pode não ter continuidade em virtude da mudança do governo do estado, e de suas respectivas equipes de trabalho em virtude do processo eleitoral de 2014, que culminou na troca do partido político que estava no poder e que implantou o Simave no estado. Em

virtude da existência desta possibilidade é importante que as escolas não deixem de debater os resultados com seus profissionais ao longo do ano letivo para que, assim, possam refletir como formular ou reformular, se necessário, as práticas de apropriação e gestão dos resultados recebidos.

3.1 Fases de implementação do Plano de Ação Educacional (PAE)

Nesta seção do capítulo 3 serão descritas as fases de implementação do Plano de Ação Educacional e sua avaliação a serem realizadas nas escolas que participaram deste estudo, a saber: 1- Levar aos gestores das escolas participantes do estudo o resultado da pesquisa realizada e discutir a respeito da implementação do Plano de Ação Educacional; 2- Realização dos minicursos e oficinas do Plano de Ação Educacional e 3 - Avaliação do Plano de Ação Educacional, as quais estão descritas sinteticamente no quadro 22.

Quadro 22: Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	QUEM	QUANDO	ONDE	CARGA HORÁRIA
1ª	Levar aos gestores das escolas participantes do estudo o resultado da pesquisa realizada e discutir a respeito da implementação do Plano de Ação Educacional.	Discutir com a equipe gestora das escolas a viabilidade da realização do trabalho de intervenção. Apresentar aos profissionais o cronograma dos minicursos e oficinas.	Diretores e Coordenadores Pedagógicos das escolas A e B	Na primeira quinzena do ano letivo de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas/aula.
2ª	Realização dos minicursos e oficinas do Plano de Ação Educacional.	Discutir a apropriação e a utilização dos resultados das avaliações em larga escala do Proeb pelos professores e gestores das escolas como instrumento da gestão pedagógica e apresentar as principais maneiras de se utilizar os dados disponíveis nas diferentes plataformas.	Corpo docente e equipe gestora	Durante os "módulos dois" compreendidos entre fevereiro e Setembro de 2016.	Nas unidades escolares	Cada um dos cinco encontros terá carga horária de 4 horas/aula totalizando 20 horas/aula.
3ª	Avaliação do Plano de Ação Educacional.	Analisar as contribuições da formação para o aprimoramento das ações referentes ao processo de apropriação e utilização dos resultados.	Corpo docente e equipe gestora	Outubro de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas/aula.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira etapa de implementação consiste em levar aos gestores das escolas participantes do estudo e às suas respectivas equipes gestoras e pedagógicas o resultado aferido nesta pesquisa e, sobretudo, apresentar o cronograma de implementação do Plano de Ação Educacional, que será realizado nas unidades escolares através de três minicursos e duas oficinas ao longo do ano letivo de 2016. Os temas dos minicursos previstos são: 1 - O trabalho interdisciplinar e a melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala; 2 - Importância da conscientização dos professores e da participação responsável dos alunos para a obtenção de resultados fidedignos nas avaliações em larga escala do Proeb e 3 - Conhecendo e utilizando as informações disponíveis no site do Simave/Proeb. As duas oficinas previstas abordam a temática da apropriação de resultados do Proeb, abordando os respectivos temas: 1- Trabalhando os conceitos atribuídos às avaliações em larga escala do Proeb e 2- Apropriação das informações contidas nos resultados da escola. Interpretação e prática.

O principal objetivo da capacitação é propiciar aos profissionais lotados nas duas escolas os subsídios necessários para se apropriarem dos resultados das avaliações em larga escala do Simave.

A segunda etapa diz respeito à realização dos minicursos e das oficinas. Esta etapa ocorrerá entre os meses de abril e setembro do ano de 2016. Os minicursos a serem ministrados abordarão os temas que dizem respeito aos principais desafios diagnosticados neste estudo; conscientização dos professores e dos alunos; o trabalho interdisciplinar com a colaboração de todo o corpo docente das escolas e, também, a utilização do site do Simave/Proeb como importante ferramenta para se obter acesso aos resultados das escolas e às metodologias utilizadas nas avaliações do Simave bem como a importantes discussões sobre os principais temas de relevância para a gestão escolar.

A terceira e última etapa diz respeito à Avaliação do Plano de Ação Educacional. Espera-se que, ao final do plano de ação, os objetivos sejam alcançados e todos os envolvidos possam fazer uso de maneira eficiente das informações disponíveis. Caso o objetivo seja alcançado, o modelo de apropriação e suas respectivas discussões será proposto à SRE para que seja ampliado com o intuito de que outras escolas possam se beneficiar das informações fornecidas através das avaliações em larga escala do Simave/Proeb. Cabe ressaltar que o custo da implementação dos minicursos e oficinas deverá ser levado em consideração, tendo em vista que os recursos previstos

para a execução do projeto piloto, disponível no quadro 24 foi feito a partir das especificidades das duas escolas que participaram deste estudo.

Os cinco momentos de formação propostos estão previstos para serem realizados na segunda etapa do processo de implementação do Plano de Ação Educacional e visam a subsidiar os profissionais que direta ou indiretamente estão inseridos no processo de interpretação dos resultados alcançados a fim de que possam extrair a maior quantidade possível de informações a respeito do desempenho obtido pelos alunos nas avaliações em larga escala do Proeb. As informações que serão discutidas através dos minicursos e das oficinas propostas às escolas não se limitam à apropriação dos resultados do 9º ano do ensino fundamental, etapa de escolaridade escolhida para esse estudo, mas a todos os anos avaliados pelo Proeb do ensino fundamental ao ensino médio, inclusive às etapas de escolaridade avaliadas pelo Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa). O cronograma dos momentos de formação está disponível no quadro número 23.

Quadro 23: Síntese do cronograma dos minicursos e oficinas a serem realizadas nas escolas

ATIVIDADE	NOME	OBJETIVO	PÚBLICO	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA
Minicurso I	O trabalho interdisciplinar e a melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala	Discutir sobre a importância da participação de todos os profissionais das respectivas escolas e do trabalho interdisciplinar na melhoria dos resultados alcançados bem como na melhor forma de se apropriar dos mesmos.	Professores das disciplinas ofertadas nas escolas, não somente as avaliadas no Proeb.	Módulo dois do mês de Abril de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas
Minicurso II	Importância da compreensão dos resultados por parte dos professores e da participação responsável dos alunos para a obtenção de resultados fidedignos nas avaliações em larga escala do Proeb.	Conscientizar professores e através deles os alunos para que os resultados obtidos correspondam à realidade educacional das escolas.	Corpo docente e equipe gestora	Módulo dois do mês de Maio de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas
Minicurso III	Conhecendo e utilizando as informações disponíveis no site do Simave/Proeb	Informar os professores a respeito das informações disponíveis no site do Simave/Proeb e estimular o uso dos dados veiculados nesta mídia.	Corpo docente e equipe gestora	Módulo dois do mês de Junho de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas

Oficina (parte I)	Trabalhando os conceitos atribuídos às avaliações em larga escala do Proeb.	Capacitar os professores a fim de que possam fazer o melhor uso das informações disponíveis a respeito dos resultados obtidos pela escola nas variadas mídias.	Corpo docente e equipe gestora	Módulo dois do mês de Agosto de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas
Oficina (parte II)	Apropriação das informações contidas nos resultados da escola. Interpretação e prática.	Abordagem prática dos resultados.	Corpo docente e equipe gestora	Módulo dois do mês de Setembro de 2016.	Nas unidades escolares	4 horas

Fonte: Elaborado pelo autor.

O trabalho interdisciplinar e a melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala é o tema do primeiro minicurso. A interdisciplinaridade é um fator de grande relevância para a melhoria do ensino ofertado nas escolas e a responsabilidade pela melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala não pode se resumir aos professores de Língua Portuguesa e de Matemática, disciplinas avaliadas por esses testes de proficiência. Tal minicurso terá carga horária de quatro horas, cabe ressaltar que um período maior de tempo não seria viável pelo fato de os minicursos e oficinas serem realizados durante as reuniões dos módulos dois e, por esse motivo, o formato dos encontros não pode ser muito expositivo, o ideal é que sejam realizados momentos de troca de experiências, sobretudo por haver professores, em ambas as escolas, que possuem poucos anos de atuação devido à alta rotatividade aferida durante as entrevistas.

O segundo minicurso “Importância da compreensão dos resultados por parte dos professores e da participação responsável dos alunos para a obtenção de resultados fidedignos nas avaliações em larga escala do Proeb” destina-se aos professores e às equipes gestoras das unidades escolares avaliadas. Sua importância deve-se ao fato de tanto docentes quanto discentes não raras vezes se posicionarem contrários às avaliações em larga escala por desconhecerem a importância de sua participação para a produção de resultados fidedignos com relação ao desempenho e participação dos alunos avaliados. Se os professores não conhecem o processo e a metodologia dos testes, dificilmente conseguirão conscientizar os estudantes com relação à importância da participação dos mesmos.

O minicurso III, “Conhecendo e utilizando as informações disponíveis no site do Simave/Proeb” foi proposto devido ao fato de somente as equipes gestoras terem afirmado, nos questionários aplicados, conhecerem e utilizarem as informações disponíveis no site. Como há diversos materiais que podem servir de subsídio para os professores no portal do Proeb, é de suma importância que não somente conheçam a existência, mas acessem os conteúdos disponíveis, inclusive as revistas de apropriação de resultados, cujos exemplares destinados às escolas não atendem à demanda dos profissionais.

A oficina de apropriação de resultados, para que tenha os seus conteúdos assimilados pelos profissionais de maneira mais objetiva e eficaz foi dividida em duas partes com a mesma carga horária dos minicursos, quatro horas. A primeira parte

“Trabalhando os conceitos atribuídos às avaliações em larga escala do Proeb” abordará os conceitos relacionados às avaliações em larga escala do Simave, tais como matrizes de referência, escalas de proficiência, padrões de desempenho, itens além dos domínios e competências esperadas de um aluno ao término de uma dada etapa de escolaridade. A intenção desta primeira parte da oficina é que os profissionais que compõem as equipes gestoras e pedagógicas possam não apenas “conhecer” ou “entender” os conceitos, mas aplicá-los nos momentos de formação e apropriação dos resultados alcançados a fim de que sejam extraídas todas as informações a respeito do desempenho obtido pelos estudantes avaliados.

A segunda parte da oficina intitulada “Apropriação das informações contidas nos resultados da escola. Interpretação e prática” tem como objetivo trabalhar os resultados alcançados pela escola nas avaliações do Proeb, em uma série histórica, para que os profissionais que participarem desse momento possam compreender como vem sendo o desempenho dos alunos e identificar as habilidades que não têm sido assimiladas pelos alunos e que precisam ser trabalhadas de forma mais intensificada não só nas séries avaliadas pelo Proeb, mas ao longo da trajetória escolar do aluno, tal prática pode ser útil para sanar as lacunas de aprendizado de forma mais eficiente.

Para que os minicursos e oficinas sejam realizados faz-se necessário que alguns recursos sejam disponibilizados. Tais insumos estão relacionados no quadro número 24, a seguir:

Quadro 24: Recursos previstos para a execução do Plano de Ação Educacional (PAE) por escola

Elementos	Definição dos recursos	Custos
Material permanente	01 computador	Não há custos, pois a escola já conta com esses recursos.
	01 projetor	
	01 quadro branco	
	01 <i>pendrive</i>	
Material de consumo	Pincel para quadro branco	Não há custos, pois a escola já conta com esses recursos.
	Papel A4	
	Canetas	
	Pastas para os professores	
	Revistas de apropriação de resultados	
Logística	Despesas com transporte para a escola	Não haverá custos, pois as reuniões serão realizadas dentro do horário de trabalho dos profissionais.
	Despesas com alimentação na escola	Não se aplica.

	Despesas com os formadores que ministrarão a formação do pessoal.	A formação deverá ser realizada por profissionais da Superintendência Regional de Ensino. Sem custos para as escolas.
--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme pode ser observado no quadro 24, os recursos que as escolas precisam disponibilizar para a realização dos minicursos e das oficinas limitam-se ao empréstimo de materiais permanentes e a alguns itens de consumo, os quais fazem parte do cotidiano das escolas. Os especialistas das SREs, anualmente, participam das oficinas de apropriação de resultados promovidas pela SEE/MG em parceria com o CAEd, sendo assim, tais especialistas, por dominarem os conteúdos a serem trabalhados, podem ser cedidos às escolas pela Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, sem custos, para ministrarem os momentos de formação. Por não haver a necessidade de as escolas disporem de recursos financeiros para a realização dos encontros é bem provável que se realizem. Como mencionado, será necessário repensar os recursos a serem disponibilizados, tendo em vista a realidade das escolas que receberão tais minicursos e oficinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para fins desta dissertação teve como objetivo geral analisar como ocorre a apropriação dos resultados do Simave/Proeb nas escolas participantes deste estudo. No decorrer da pesquisa, sobretudo na análise dos dados, a percepção deste pesquisador a respeito dos caminhos percorridos pelos atores educacionais envolvidos no processo de apropriação dos resultados alcançados foi aprimorada. Espera-se, que os leitores deste trabalho possam, também, aprofundar a sua compreensão a respeito das fases de apropriação dos resultados em nível de unidades escolares, desde a tomada de conhecimento do desempenho obtido, passando pela apropriação dos resultados e culminando no planejamento das intervenções pedagógicas que se fizerem necessárias para que os alunos possam consolidar as habilidades que até então não foram desenvolvidas em sua trajetória escolar.

Esta dissertação não pretende esgotar o tema, tampouco generalizar as possíveis percepções a respeito da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala, mesmo porque se limita a um campo de estudo restrito, contando com a colaboração de duas escolas da rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais localizadas no município de Juiz de Fora, e com um número reduzido de sujeitos da pesquisa, 12 no total, sendo oito professores, duas coordenadoras pedagógicas e duas diretoras.

Feitas a descrição e a análise dos dados referentes ao caso em questão, bem como realizada a proposição de um Plano de Ação Educacional que busque viabilizar a implementação de uma cultura de discussão dos resultados alcançados nas avaliações externas nas escolas estudadas, considera-se adequada a implementação das proposições feitas no planejamento. Contudo, diante da complexidade do tema, esse texto não se destina a esgotar o tema estudado, mas objetiva convidar para que futuros estudos em que se investigue a contribuição da implementação das melhorias propostas no planejamento, sejam realizados.

Acredita-se ter sido possível, a partir deste estudo, apresentar um panorama geral de como tem sido realizada a apropriação dos resultados do Simave/Proeb, possibilitando aos leitores desta dissertação se inteirar a respeito das formas como as informações veiculadas nas revistas de apropriação de resultados, bem como

socializadas através dos momentos de formação propostos pelas SREs tem sido utilizadas pelos atores educacionais da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Foi verificado que as discussões têm sido realizadas apenas em uma data no calendário escolar e de forma rasa e pouco reflexiva, sendo necessária uma quantidade maior de momentos para o debate dos resultados entre os profissionais das escolas. Por esse motivo foram propostos cinco encontros durante o ano letivo de 2016, cujos temas abordam não somente a forma como os resultados devem ser apropriados, mas, sobretudo a necessidade de conscientização de professores e alunos a respeito da importância da avaliação em larga escala para a obtenção de um diagnóstico fidedigno da educação ofertada aos estudantes. Este movimento, aliado aos diagnósticos realizados através das avaliações internas, poderá fomentar gestores e professores a repensarem suas metodologias de trabalho, bem como a própria forma de avaliação, baseada em testes padronizados, por vezes ineficazes para aferirem as habilidades já consolidadas pelos alunos.

Através dessa pesquisa pode ser constatado que muito pouco tem sido dito a respeito das avaliações em larga escala nos cursos de graduação que formam os professores, pois a maioria dos profissionais que participou deste estudo demonstrou não dominar os conceitos a respeito de tais avaliações.

É importante deixar claro que tanto um teste de proficiência como as avaliações externas como um todo não é capaz de identificar as dificuldades dos alunos, assim como os pormenores externos que influenciam na aprendizagem escolar. Esse tipo de avaliação não pretende diagnosticar o conhecimento adquirido pelos alunos, mas o desempenho em itens cujas habilidades constam nas matrizes de referência das disciplinas avaliadas através de um teste de proficiência padronizado. O conhecimento adquirido pelo aluno só poderá ser medido pelos professores que estão junto ao estudante no dia a dia do e, por isso são capazes de julgar o ganho no aprendizado de cada aluno ao longo do ano. A esse respeito, as avaliações externas não podem ser consideradas a solução para a educação de uma rede de ensino, mas uma ferramenta capaz de indicar as lacunas no aprendizado dos alunos em dada disciplina e etapa de escolaridade para que a prática pedagógica seja repensada a fim de que tais deficiências sejam sanadas.

Pode-se concluir, contudo, que mesmo com a presença de limitações, este estudo buscou apresentar importantes contribuições para que a formação dos

profissionais deixe de apresentar as deficiências identificadas no que diz respeito à apropriação dos resultados do Simave/Proeb para que, assim, os debates realizados nas escolas ocorram de forma mais frequente e que possam contar com a participação e contribuição de todos os atores educacionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga, SOARES José Francisco. O nível socioeconômico das escolas da educação básica brasileiras. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Em: <<http://zerohora.com.br/pdf/14441764.pdf>> Acesso em 05 de julho de 2014.

BRASIL, L. D. B. Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 21 nov. 2014. v. 30, 2013.

_____. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008. 127 p.: il.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2014.

_____, Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação. Lei No. 10.172/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 28 nov. 2014.

_____, Constituição de República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28 nov. 2014.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-avaliacoes-externas.pdf>> Acesso em 20/05/2015.

BROOKE, Nigel (Org.). Marcos históricos na reforma da educação. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 520 p. (Coleção EDVCERE, 19).

BURGOS, Marcelo Baumann; FERREIRA, Patrícia Valesca Gomes e SANTOS Maéve Melo dos (2012), “Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará”. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, vol. 2, 25 – 44.

CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultadosescala/>> - Acesso em 20 jun. 2014.

DIAS, Osorio Carvalho. Análise Qualitativa Comparativa (QCA) Usando Conjuntos Fuzzy - Uma Abordagem Inovadora Para Estudos Organizacionais no Brasil. In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ2699.pdf>>, acesso em 29/05/2015.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 146, mar. 2002.

DURHAN, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ESCOL.AS. Disponível em: <<http://www.escol.as/ee-francisco-bernardino-31068373>> - Acesso em 20 de jun. 2014.

ESCOL.AS. Disponível em: <<http://www.escol.as/ee-marechal-mascarenhas-de-moraes-31068471>> Acesso em 20 de jun. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br/resultados/>> - Acesso em 20 de jun. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico> - Acesso em 28 de set. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.dataescolabrazil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>> Acesso em 20 jun. 2014.

LIBÂNEO, José (1985); A Prática Pedagógica de Professores da Escola Pública. São Paulo.

LOCATELLI, Iza. "Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB." *Estudos em Avaliação Educacional* 25 (2012): 3-21.

LOPES, Tatiana Raquel Wilde. "Os principais desafios do gestor democrático na atualidade"; *Psicopedagogia online*. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1272#.Vk9gA3arQdU (2010). Acesso em 20/11/2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico. 1. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Simave – 2012 - Revista do Sistema de Avaliação. /Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Simave – 2014 - Revista do Sistema de Avaliação – Redes Estadual e Municipais./Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2014), Juiz de Fora, 2014 – Anual.

. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Simave – 2014 - Revista do Gestor Escolar./Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2014), Juiz de Fora, 2014 – Anual.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Caderno de Boas Práticas dos Especialistas em Educação Básica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em:
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&ID_OBJETO=106016&tipo=ob

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Caderno de Boas Práticas da Equipe Regional das SRE de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em:
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&ID_OBJETO=106016&tipo=ob

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Avaliação Educacional como Instrumento da Gestão Pedagógica: A Apropriação dos Resultados do Simave pelo Especialista de Educação Básica, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:
http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B91DFD49A-AD07-47C5-B709-12F8851E6833%7D_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20como%20instrumento%20educacional%20da%20gest%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20_%20A%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20dos%20resultados%20do%20SIMAVE%20pelos%20especialistas.ppt

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A implementação da reforma curricular do ensino médio no Brasil, da LDB ao ENEM – O caso de uma escola estadual em Juiz de Fora / MG. Dissertação (mestrado profissional)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2012. 182 p.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Editora ARTMED. Porto Alegre, 1999.

QEdu: Aprendizagem em foco. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/aprendizado>> - Acesso dia 20 de junho de 2014.

QEdu: Aprendizagem em foco. Disponível em <<http://www.qedu.org.br/cidade/2175-juiz-de-fora/aprendizado>> - Acesso dia 20 de junho de 2014.

QEdu: Aprendizagem em foco. Disponível em <<http://www.qedu.org.br/escola/135788-ee-francisco-bernardino/aprendizado>> - Acesso dia 20 de junho de 2014.

QEdu: Aprendizagem em foco. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/escola/141244-ee-marechal-mascarenhas-de-moraes/aprendizado>> Acesso dia 20 de junho de 2014.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (Org. e Intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, 1988. p. 68. v. 5.

SALES, Francisca Rosilda de Oliveira. A eficácia da Oficina de Capacitação para apropriação dos resultados do Simave/Proeb: o caso de duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Juiz de Fora. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal

de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 132 p.

SIMÕES, Maria Inez Barroso. O Programa de Intervenção Pedagógica do Estado de Minas Gerais – PIP. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós- Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Coordenador Pedagógico:



Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Prezado (a) Coordenador (a) Pedagógico (a),

Esta entrevista tem cunho estritamente acadêmico. É parte integrante de pesquisa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objeto de investigação é a apropriação de resultados das avaliações em larga escala no âmbito escolar. Por se tratar de uma pesquisa, não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua percepção acerca dos questionamentos. Procure responder a todo o questionário, lembre-se que os dados aqui coletados são confidenciais e utilizáveis apenas para efeito de pesquisa. Sendo assim, pedimos que seja o mais sincero possível ao respondê-lo.

Desde já agradeço a sua contribuição, empenho e colaboração.

INFORMAÇÕES GERAIS

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

1. Qual a sua graduação?
2. Possui pós-graduação? Em que área?
3. Há quantos anos você é formado (a)?
4. Há quantos anos você trabalha com Educação?
5. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
6. Há quanto tempo você exerce função de coordenador pedagógico?
7. Qual o tipo vínculo você possui com a escola?
8. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação) nos últimos quatro anos?
9. Você participou do grupo focal realizado nesta escola, em 2012? Por que razão?
10. Você participou da oficina de apropriação de resultados que foi realizada na escola, em 2012? Houve alguma motivação para tanto?

11. Após a oficina de apropriação e o grupo focal realizados em 2012, houve alguma mudança de postura por parte dos professores, com relação às avaliações em larga escala que chegam à escola?
12. Houve algum tipo de mudança, que possa ser explicitada, em relação ao trabalho desempenhado pela coordenação pedagógica? Quais seriam as principais mudanças?
13. Como os resultados alcançados nas avaliações do Proeb têm sido trabalhados pela equipe pedagógica após a realização do grupo focal e da oficina de apropriação de resultados?
14. Atualmente a equipe gestora e professores se apropriam dos resultados alcançados?
15. Como é feita a apropriação dos resultados, atualmente, na escola em que você é coordenadora pedagógica.
16. Os professores participam de forma ativa das discussões? Como eles têm contribuído para que a apropriação seja mais eficaz?
17. Como os resultados obtidos são trabalhados com os professores das disciplinas avaliadas?
18. Como os resultados obtidos são trabalhados com os professores das disciplinas avaliadas?

COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA:

Analise as assertivas e marque sua resposta de acordo com a orientação a seguir:

0: Discordo

1: Mais discordo que concordo

2: Nem concordo nem discordo

3: Mais concordo que discordo

4: Concordo

OS ITENS A SEGUIR APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA opção em cada linha).					
COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E ÀS REVISTAS DO PROEB					
	0	1	2	3	4
As avaliações do Proeb são importantes para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.					
Os resultados precisam ser debatidos entre os professores, inclusive de outras disciplinas, para melhor apropriação.					
As informações a respeito dos resultados obtidos são facilmente compreendidas por todos os professores					
A participação dos alunos é de suma importância para se obter resultados mais fidedignos.					
É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb.					
As revistas do Proeb, disponíveis na escola, são de fácil acesso a todos os interessados.					
Conheço o site do SIMAVE/Proeb					
Faço uso das informações disponibilizadas no site do SIMAVE/Proeb.					
A linguagem utilizada nas revistas de apropriação de resultados é acessível.					
Durante as discussões do dia D, as informações disponibilizadas nas revistas fomentam as decisões a serem tomadas.					
Os resultados obtidos pela escola são amplamente discutidos entre os professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar.					

Os resultados dos alunos nas avaliações são balizadores para minha prática profissional.					
Entendo o conceito de Escala de proficiência.					
Compreendo o que são Padrões de desempenho.					
Compreendo o que significa a proficiência média obtida pela escola.					
A coordenação pedagógica realiza um trabalho de conscientização junto aos alunos					
Os resultados alcançados são debatidos com os professores.					
Você considera que os resultados alcançados refletem, de fato, a realidade da escola.					
O trabalho com os resultados tem melhorado o desempenho da escola.					
Os resultados alcançados pelos alunos poderiam ser melhores, pois possuem um excelente desempenho nas avaliações internas.					
Os resultados alcançados não são assimilados por todos.					
Todos os envolvidos sabem trabalhar com os dados obtidos através da avaliação do Proeb.					

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Professor:



Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Prezado (a) Professor (a)

Esta entrevista tem cunho estritamente acadêmico. É parte integrante de pesquisa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objeto de investigação é a apropriação de resultados das avaliações em larga escala no âmbito escolar. Por se tratar de uma pesquisa, não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua percepção acerca dos questionamentos, os dados aqui coletados são confidenciais e utilizáveis apenas para efeito de pesquisa. Sendo assim, pedimos que seja o mais sincero possível ao respondê-lo.

Desde já agradeço a sua contribuição, empenho e colaboração.

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSOR

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Qual a sua graduação?
2. Possui pós-graduação? Em que área?
3. Há quantos anos você é formado (a)?
4. Há quantos anos você trabalha em Educação?
5. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
6. Qual o tipo de vínculo que possui nesta escola?
7. Qual é a sua carga horária de trabalho nesta escola?
8. Há quanto tempo você leciona para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental?
9. Você leciona para outras etapas de escolaridade? Quais?
10. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação) nos últimos quatro anos?
11. Você participou do grupo focal realizado na escola, em 2012? Por que razão?

12. Você participou da oficina de apropriação de resultados que foi realizada na escola, em 2012? Houve alguma motivação para tanto?
13. Após a oficina de apropriação e o grupo focal, realizados em 2012, houve alguma mudança de postura, por parte dos professores, com relação às avaliações em larga escala?
14. Houve algum tipo de mudança, que possa ser explicitada, em relação ao trabalho desempenhado pela coordenação pedagógica? Quais seriam as principais mudanças?
15. Como os resultados alcançados pela escola têm sido trabalhados pela equipe gestora após a realização do grupo focal e da oficina de apropriação de resultados?
16. Como os resultados são trabalhados pelos professores da disciplina que leciona na escola em que atua?
17. Atualmente a equipe gestora e professores se apropriam dos resultados alcançados?
18. Como é feita a apropriação dos resultados atualmente na escola em que atua?
19. Os professores participam de forma ativa das discussões? Como eles têm contribuído para que a apropriação seja mais eficaz?
20. Você utiliza os conhecimentos adquiridos através da formação continuada em suas práticas em sala de aula?
21. O desempenho dos alunos nas avaliações internas é semelhante ao desempenho alcançado nas avaliações em larga escala?

COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA:

Analise as assertivas e marque sua resposta de acordo com a orientação a seguir:

0: Discordo

1: Mais discordo que concordo

2: Nem concordo nem discordo

3: Mais concordo que discordo

4: Concordo

OS ITENS A SEGUIR APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA opção em cada linha).					
COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E ÀS REVISTAS DO PROEB					
	0	1	2	3	4
As avaliações do Proeb são importantes para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.					
Os resultados precisam ser debatidos entre os professores, inclusive de outras disciplinas, para melhor apropriação.					
As informações a respeito dos resultados obtidos são facilmente compreendidas por todos os professores					
A participação dos alunos é de suma importância para se obter resultados mais fidedignos.					
É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb.					
As revistas do Proeb, disponíveis na escola, são de fácil acesso a todos os interessados.					
Conheço o site do SIMAVE/Proeb					
Faço uso das informações disponibilizadas no site do SIMAVE/Proeb.					
Tenho acesso às revistas de apropriação de resultados do SIMAVE.					
A linguagem utilizada nas revistas de apropriação de resultados é acessível.					
Durante as discussões do dia D, as informações disponibilizadas nas revistas fomentam as decisões a serem tomadas.					

Os resultados obtidos pela escola são amplamente discutidos entre os professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar.					
Os resultados dos alunos nas avaliações são balizadores para minha prática em sala de aula.					
Entendo o conceito de Escala de proficiência.					
Compreendo o que são Padrões de desempenho.					
Compreendo o que significa a proficiência média obtida pela escola.					
Os resultados das avaliações em larga me fazem refletir a respeito das práticas pedagógicas que utilizo.					

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista Diretor:



Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Prezado Diretor,

Esta entrevista tem cunho estritamente acadêmico. É parte integrante de pesquisa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objeto de investigação é a apropriação de resultados das avaliações em larga escala no âmbito escolar. Por se tratar de uma pesquisa, não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua percepção acerca dos questionamentos, os dados aqui coletados são confidenciais e utilizáveis apenas para efeito de pesquisa. Sendo assim, pedimos que seja o mais sincero possível ao respondê-lo.

Desde já agradeço a sua contribuição, empenho e colaboração.

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO DIRETOR

Gestor (a) da Escola:

1. Qual a sua graduação?
2. Possui pós-graduação?
3. Há quantos anos você é formado (a)?
4. Há quantos anos você trabalha em Educação?
5. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
6. Há quanto tempo você exerce função de direção?
7. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação) nos últimos quatro anos?
8. Você participou do grupo focal realizado na escola, em 2012? Por que razão?
9. Você participou da oficina de apropriação de resultados que foi realizada na escola, em 2012? Houve alguma motivação para tanto?
10. Após a oficina de apropriação e o grupo focal realizados em 2012, houve alguma mudança de postura, por parte dos professores?
11. Houve algum tipo de mudança, que possa ser explicitada, em relação ao trabalho desempenhado pela coordenação pedagógica? Quais seriam as principais mudanças?

12. Como os resultados alcançados pela escola têm sido trabalhados pela direção após a realização do grupo focal e da oficina de apropriação de resultados?
13. Atualmente a equipe gestora e professores se apropriam dos resultados alcançados?
14. Como é feita a apropriação dos resultados atualmente na escola em que você é gestora.
15. Os professores participam de forma ativa das discussões? Como eles têm contribuído para que a apropriação seja mais eficaz?

COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA:

Analise as assertivas e marque sua resposta de acordo com a orientação a seguir:

0: Discordo

1: Mais discordo que concordo

2: Nem concordo nem discordo

3: Mais concordo que discordo

4: Concordo

OS ITENS A SEGUIR APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA opção em cada linha).					
COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E ÀS REVISTAS DO Proeb					
	0	1	2	3	4
As avaliações do Proeb são importantes para a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.					
Os resultados precisam ser debatidos entre os professores, inclusive de outras disciplinas, para melhor apropriação.					
As informações a respeito dos resultados obtidos são facilmente compreendidas por todos os professores					
A participação dos alunos é de suma importância para se obter resultados mais fidedignos.					
É necessário que os alunos e professores envolvidos conheçam a finalidade das avaliações do Proeb.					
As revistas do Proeb, disponíveis na escola, são de fácil acesso a todos os interessados.					
Conheço o site do SIMAVE/Proeb					
Faço uso das informações disponibilizadas no site do SIMAVE/Proeb.					
A linguagem utilizada nas revistas de apropriação de resultados é acessível.					
Durante as discussões do dia D, as informações disponibilizadas nas revistas fomentam as decisões a serem tomadas.					
Os resultados obtidos pela escola são amplamente discutidos entre os professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar.					

Os resultados dos alunos nas avaliações são balizadores para minha prática profissional.					
Entendo o conceito de Escala de proficiência.					
Compreendo o que são Padrões de desempenho.					
Compreendo o que significa a proficiência média obtida pela escola.					
A coordenação pedagógica realiza um trabalho de conscientização junto aos alunos					
Os resultados alcançados são debatidos com os professores.					
Você considera que os resultados alcançados refletem, de fato, a realidade da escola.					
O trabalho com os resultados tem melhorado o desempenho da escola.					
Os resultados alcançados pelos alunos poderiam ser melhores, pois possuem um excelente desempenho nas avaliações internas.					
Os resultados alcançados não são assimilados por todos.					
Todos os envolvidos sabem trabalhar com os dados obtidos através da avaliação do Proeb.					